

IAPSS

ELA

ENCUENTRO LATINOAMERICANO

REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA & RELACIONES INTERNACIONALES

Vol 1. No.1

Encuentro Latinoamericano (ELA)

Volume 1: May 2015

Editor-in-Chief

David Vásquez L. (Ecuador)

Editorial Board

Luca Chao (Spain)

Melany Cruz (Chile)

Tomás Goldstein (Portugal)

José Manuel Mejía (Perú)

Anaís Passos (Brazil)

Luis Téllez (México)

José Carlos Valencia (Perú)

Table of contents

Editorial Note	4
-----------------------	----------

Articles

<i>O México na integração Latino-Americana</i> Beatriz Walid de Magalhães Naddi	6
--	----------

<i>Lack of Preferences, Political Trust and Education Levels: Alternative Explanations for Invalid Votes in Brazilian Elections</i> Guilherme Arbache, Danilo Freire, Pietro Rodrigues	30
---	-----------

<i>What are the implications of locating the origins of universal equality and liberty within the 18th Century Western revolutions?</i> Ioana Cerasella Chis	52
---	-----------

<i>El impacto de la ayuda externa en el crecimiento económico de América Latina</i> Antonella Bancalari, Adriana Bonifaz	72
---	-----------

Book Reviews

<i>Reflexiones sobre la Guerra (Michael Walzer)</i> Viviana Paola López Páez	99
---	-----------

<i>Las cacerías del hombre: Historia y filosofía del poder cinético (Grégoire Chamayou)</i> Melany Cruz	103
--	------------

Editorial Note

Dear reader,

After months of intense work and serious dedication, it is a pleasure for our Editorial Board to finally release the first volume of Encuentro Latinoamericano (ELA).

We congratulate the effort of the authors included in the first volume. As well, we are deeply thankful with ELA's external reviewers, whose fine judgement and advice reinforced the academic fundamentals of the following articles.

O México na Integração Latino-America proposes an interesting analysis of the role Mexico develops in Latin America. Through institutional and trade data analysis, the author contends that several integration processes taking place in the region are contradictory.

Lack of Preference, Political Trust and Education Levels is the outcome of a remarkable statistical research, focusing on how the lack of preferences during elections in Brazil influences the rate of spoiled votes.

Narratives are challenged in *What are the implications of locating the origins of universal equality and liberty within the 18th Century Western revolutions?* Historians are confronted to reconsider the legacy of the Haitian Revolution in order to consolidate political ideals as freedom, equality or universality.

El impacto de la ayuda externa en el crecimiento económico de América Latina presents the results of a quantitative research regarding the impact that foreign aid has on the development and growth of Latin American countries, particularly low-income ones.

In the review of Walzer's *Reflexiones sobre la Guerra*, the moral and ethic fundamentals behind military operations are questioned. On the other hand, Chamayou's *Las cacerías del hombre* helps us emphasize how violence has been utilized as a domination instrument throughout history.

We are confident the effort of the Board and the authors will meet your expectations, and we hope to count on your contributions in our next volume. Enjoy.

The Editorial Board

O México na integração Latino-Americana

Beatriz Walid de Magalhães Naddi

“Beatriz Walid de Magalhães Naddi, 21, de Guarulbos (Brasil), é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em 2014. Realizou um intercâmbio acadêmico na Universidade de Guadalajara (México) no ano de 2012. Escreveu seu Trabalho de Conclusão de Curso em 2014 com o seguinte tema “México entre dois mundos: Estados Unidos e América Latina como alternativas de desenvolvimento”. Seus interesses incluem integração latino-americana, desenvolvimento mexicano, relações internacionais dos Estados Unidos, conflitos no Oriente Médio.” Email: bwnaddi@gmail.com.

Resumo

Apesar de México e América Latina apresentarem diversos fatores de aproximação como idioma, cultura e passado semelhantes, identificou-se uma dificuldade para o estabelecimento de vínculos mais profundos, não só entre o Estado mexicano e a região, mas entre os países latino-americanos como um todo. Dado isso, se analisa a integração latino-americana ao longo da história, destacando-se a inserção e participação do México em tal processo. Com base na análise de acordos e dados quantitativos de comércio, avalia-se o perfil da relação do México com determinados blocos regionais e seus respectivos membros. Ao final, verifica-se que, em função da diversidade de blocos regionais e de suas respectivas características, existe na região um processo de integração muito mais fragmentado do que o esperado. Consequentemente, essa característica reflete na forma como o México busca inserir-se na região.

Palavras-chave: ALADI; Aliança do Pacífico; América Latina; Comunidade Andina; integração; MCCA; Mercosul; México.

Abstract

Despite Mexico and Latin America sharing several characteristics in common such as language, culture and a similar past, there is an ongoing difficulty for establishing deeper ties, not only between the Mexican state and the region, but among Latin American countries in general. Given this, the Latin American integration processes are analyzed throughout history, highlighting the insertion and participation of Mexico in such processes. Based on the analysis of agreements and quantitative trade data, the Mexican profile of relation with certain regional blocs and their respective members is evaluated. In conclusion, it is verified that due to the diversity of regional blocs and its respective characteristics, there is in the region a much more accentuated fragmentation movement than a unified integration, which reflects the way that Mexico seeks to insert itself in the region.

Keywords: ALADI; Andean Community; integration; Latin America; MCCA; Mercosul; Mexico; Pacific Alliance.

Introdução

Ao se analisar as relações entre o México e a América Latina, nota-se que se manteve ao longo dos mandatos de todos os presidentes mexicanos o mesmo discurso da existência de uma forte identidade e vocação latino-americana do país devido ao pertencimento mexicano à América Latina e ao compartilhamento de processos de desenvolvimento histórico, social e cultural (González 2006). No entanto, o México e os países latino-americanos desenvolveram ao longo da história distintas características e posicionamentos diante da região e do sistema internacional como um todo (Sierra 2008), o que implica na não uniformidade do processo de integração regional e, conseqüentemente, na forma de inserção do México na América Latina.

Um fator de suma importância em uma análise sobre o Estado mexicano é a sua relação com a maior potência mundial e seu vizinho, os Estados Unidos. Já nos primórdios da história do México como Estado nacional, pode-se perceber a influência que os Estados Unidos tem sobre seu posicionamento político e econômico, como, por exemplo, com a tomada de mais de 50% de seu território ainda no século XIX. À medida que os Estados Unidos foram aumentando exponencialmente seu poder, a política e a economia mexicana passaram a atrelar-se cada vez mais aos seus interesses e influência, apesar do país buscar manter sua soberania nacional frente à grande potência¹.

Contudo, frente à mudança no direcionamento da política econômica internacional e aos abalos macroeconômicos sofridos pelo México durante a década de 1980, ocorreu neste período uma aguda remodelação das relações México-Estados Unidos. Tal remodelação se estabeleceu no sentido de uma maior aproximação entre esses países a partir de então. Esse processo teve seu auge com a institucionalização de suas relações mediante a criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA – sigla em inglês) no ano de 1994. Após vinte anos da formação NAFTA, verifica-se uma forte interdependência assimétrica² do México em relação aos Estados Unidos. Isso constitui um

¹ Segundo Schiavon (2006), ao longo dos governos desenvolvimentistas mexicanos no século XX, a relação México-Estados Unidos, pautada em uma histórica desconfiança, foi administrada por meio de uma troca de garantias. Enquanto os Estados Unidos não intervissem na democracia mexicana e em sua autonomia externa, o México garantiria sua estabilidade interna no sentido de não perturbar a segurança nacional dos Estados Unidos.

² De acordo com Nye (2009), a interdependência assimétrica caracteriza-se como uma distribuição não equitativa da dependência entre os atores.

fator de constrangimento para uma posição mais autônoma do Estado mexicano frente aos demais atores do sistema internacional, inclusive em relação à América Latina³.

Nesse sentido, identifica-se uma brecha entre o discurso latino-americanista e a relação efetiva do México com o continente. Segundo Gonzáles (2006) este discurso proferido seguidamente pelos governos mexicanos é, em grande parte, resultado da pressão interna de grupos de esquerda e/ou latino-americanistas que defendem a aproximação com a América Latina. Dessa forma, o discurso latino-americanista exerce a função de também manter a legitimidade do regime político mexicano e de seus governantes.⁴

Por outro lado, percebe-se que ao sul do continente, após o trauma gerado pela crise da dívida durante a década de 1980 e pelas políticas neoliberais adotadas ao longo dos anos 1990, países latino-americanos importantes, como Argentina, Brasil e Venezuela, passaram a adotar o modelo de Estado logístico⁵ (Cervo 2008). Essa estratégia consiste numa forma de posicionar-se de maneira estratégica no cenário internacional, fazendo-se uso de parcerias regionais e com outros Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (Lima 2005), estratégia classificada pela literatura como Cooperação Sul-Sul.

Por conseguinte, percebe-se que existe uma fragmentação do projeto de integração na região. Atualmente, existem blocos regionais com diferentes estratégias e objetivos de integração. Em meio a tal cenário, ao longo deste artigo, analisa-se de maneira conjunta o histórico da integração latino-americana e a inserção mexicana em tal processo. Em última instância, buscam-se verificar quais são os efeitos do modelo de inserção mexicana para a região.

Dessa forma, o capítulo inicial apresenta os primeiros eventos relacionados à integração latino-americana. Em seguida, apresenta-se a influência do neoliberalismo sobre a integração na América Latina e o posicionamento do México em tal processo. Por fim, analisa-se a integração latino-americana e a inserção mexicana na atualidade, a partir de

³ Ao longo de seu artigo *México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos*, Gonzáles (2006) elenca cinco características da relação do México frente à América Latina. A primeira característica apresentada é *que os Estados Unidos são o ponto de referência básico na formulação e desenvolvimento da política externa mexicana para a América Latina*. Desta forma, a autora defende que existe um padrão de relação triangular (México-Estados Unidos-América Latina) que influencia posicionamento do México frente à América Latina.

⁴ Como pode verificar-se no jogo partidário entre os principais partidos mexicanos, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Partido da Ação Nacional (PAN) e o Partido da Revolução Democrática (PRD), de esquerda.

⁵ O Estado logístico tem como característica o dever de prover apoio logístico aos empreendimentos públicos e privados com o fim de torna-los competitivos e aliados ao desenvolvimento nacional (Cervo 2008)

material quantitativo, como dados do comércio exterior mexicano em relação a determinados blocos regionais. Ao final, encontram-se as conclusões, assim como perspectivas para futuros trabalhos.

Os primeiros passos

Os primeiros intentos de uma América Latina integrada iniciaram-se durante as lutas por independência das então colônias da região em relação às suas metrópoles. Vislumbrava-se que por meio da integração, mais especificamente da América hispânica, os colonos teriam mais força para lutar contra as tropas espanholas. Isso também era uma forma de se contrapor aos Estados Unidos, que cada vez mais se expandia, tornando-se um ator de peso no continente. Um dos mais ilustres integracionistas na época da independência foi Simón Bolívar, o idealizador da *Gran Colombia* (Vilaboy e Gallardo 2000). No entanto, as divergências de interesse em uma colônia já fragmentada em vice-reinos fizeram com que se formassem pequenas repúblicas em um continente com dois estranhos gigantes, o Brasil, ao sul, e os Estados Unidos, ao norte.

Após essa primeira tentativa de integração na região no período de independência, os Estados latino-americanos passaram um longo período privilegiando manter relações comerciais e políticas com países europeus ou com os Estados Unidos. Ou seja, apesar de ser oficialmente independente, a América Latina permanecia na prática sem uma política externa autônoma que estimulasse seu desenvolvimento nacional e regional.

Somente em 1948, intelectuais começaram a trabalhar em prol de um pensamento desenvolvimentista latino-americano com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe⁶ (CEPAL). Gradualmente foram se estabelecendo as bases para o avanço de projetos de integração. A partir daí, a CEPAL passou a defender a formação de um mercado regional, limitado ao espaço sul-americano, de maneira a acelerar o processo de industrialização (Almeida e Chalout 1999).

Finalmente, em 1960, é assinado o Tratado de Montevidéu que cria a Associação Latino-Americana de Livre Comércio⁷ (ALALC), sendo este o primeiro passo concreto à concertação política e econômica em prol da integração regional. Em um momento de uma política externa de contrapeso defensivo, o México integrou-se ao bloco buscando

⁶ A CEPAL foi criada pelas Nações Unidas com o objetivo de ser um centro de estudos sobre o desenvolvimento da América Latina e Caribe

⁷ Os membros fundadores da ALALC, além do México, foram Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai; com a posterior adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

balancear sua relação com os Estados Unidos⁸. Com um objetivo ambicioso, a ALALC previa a construção de um mercado comum regional, por meio da formação de uma zona de livre comércio em 12 anos. De acordo com Almeida e Chalout (1999) a ALALC trabalhava com base em negociações multilaterais

de 'listas comuns' e 'listas nacionais', produto a produto, de reduções tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, para a ampliação dos mercados, a liberalização do intercâmbio e o desmantelamento das medidas protecionistas vigentes no intercâmbio regional (Almeida e Chalout 1999: 147).

Apesar deste primeiro esforço em prol da integração, a ALALC sofre um grande abalo entre 1964 e 1969, com a paralisação das negociações multilaterais para a definição das "listas comuns". Essa interrupção pode ser explicada pela onda ditatorial que começou a se espalhar na região. Almeida e Chalout (1999) explicam que, entre 1964 até a década de 1980, os regimes militares na América Latina impulsionavam no âmbito econômico o modelo de industrialização por substituição de importação (ISI) através de fortes políticas protecionistas. Além disso, no âmbito político esses regimes negavam-se a ceder soberania para o desenvolvimento de um projeto integracionista, o que afetou significativamente o processo de integração que estava sendo impulsionado pela ALALC. Nesse cenário, em 1970 foi realizada uma revisão do programa de liberalização do bloco, prorrogando a implantação de uma zona de livre comércio para até 1980.

Outra ferramenta integracionista que ganhou um forte apoio do México, em meio a sua política externa proativa e de liderança regional⁹, foi o Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA)¹⁰, em 1974, o qual nasceu com o objetivo de promover e coordenar estratégias regionais relacionadas à economia do subcontinente, a fim de estimular a cooperação e a integração na América Latina e Caribe (González 2006). Vale ressaltar que a SELA mantém suas atividades até os dias de hoje, com reuniões ministeriais anuais, o que motiva e impulsiona a América Latina e Caribe a uma harmonização política e econômica visando ao fortalecimento da integração regional.

⁸ Durante os anos de 1945 e 1970, o México manteve uma política defensiva a mudanças e intervenções estadunidenses na região (González 2006).

⁹ Entre a década de 1970 e 1990, a política exterior mexicana para a América Latina foi caracterizada por uma diplomacia de contrapeso via a diversificação de relações, o que levou o México a uma maior aproximação política à região como resposta às intervenções estadunidenses (González 2006).

¹⁰ Seus membros são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

O neoliberalismo como motor dos seguintes passos

Devido ao fracasso da ALALC, esta foi reformulada, passando a formar a Associação Latino-americana de Integração¹¹ (ALADI) em 1980. Com objetivos bem menos ambiciosos, a ALADI se estabeleceu eliminando obrigações de elaboração de listas comuns e fixação de prazos para o cumprimento das metas integracionistas. Assim, criou-se um bloco mais flexível com mecanismos de caráter bilaterais, para se formar uma área de preferências tarifárias. Desta forma, os países membros têm à sua disposição três mecanismos de integração: a) preferência tarifária regional, que se aplica a produtos originários dos Estados membros frente às tarifas de terceiros Estados; b) acordos de alcance regional, comuns a todos os Estados membros; e c) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da região (ALADI 2015a).

Como podemos notar na tabela abaixo (Tabela 1), com o estabelecimento do mecanismo mais flexível da ALADI somado à liberalização econômica do México e da América Latina como um todo, a partir de meados da década de 1980, foram firmados diversos tratados bilaterais entre o Estado mexicano e membros da ALADI, buscando criar uma maior complementação econômica entre os membros. Além disso, vale ressaltar que à parte da ALADI, o México também buscou firmar outros acordos com a América Central (Tabela 1), região esta de suma importância para a projeção da influência regional mexicana.

Ao se analisar o Gráfico 16, que apresenta a evolução da balança comercial do México com os demais membros da ALADI entre 1993 e 2014, percebe-se que, a partir de 2003, se iniciou um crescimento mais vertiginoso do volume total de importações e exportações. Esse processo acentua-se no período posterior a 2009, quando as exportações mexicanas para o bloco passam por um grande crescimento resultando em um acréscimo do superávit do México, cujo saldo comercial até então era deficitário ou com um pequeno superávit. Ao se observar o posicionamento do Estado mexicano no período de 2002 em diante, caracterizado pelo multilateralismo liberal incipiente¹² (González 2006), podemos concluir que houve uma busca mais enfática por incentivar o comércio com a região por meio dos acordos bilaterais, a fim de reverter seu déficit comercial.

¹¹ Seus membros são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

¹² Neste momento, há a continuidade e acentuação do papel do México de articulador entre o norte e o sul, por meio do fomento à liberalização econômica na América Latina concretizada em tratados de livre comércio e complementação econômica (González 2006).

Acordos México-América Latina		
Iniciativas bilaterais	Acordos	
Argentina	Acordo de Complementação Econômica (1993) ¹	
Bolívia	Tratado de Livre Comércio (1994) ^{1 2}	Acordo de Complementação Econômica (2010) ¹
Brasil	Acordo de Complementação Econômica (2002) ¹	
Colômbia	Tratado de Livre Comércio entre México, Colômbia e Venezuela (1994) ^{1 3}	
Costa Rica	Tratado de Livre Comércio (1994)	
Cuba	Acordo de Complementação Econômica (2001) ¹	
Chile	Tratado de Livre Comércio (1998) ¹	
Equador	Acordo de Alcance Parcial (1983) ¹	
El Salvador	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Guatemala	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Honduras	Tratado de Livre Comércio entre México, El Salvador, Guatemala e Honduras (2001)	
Nicarágua	Tratado de Livre Comércio (1998)	
Panamá	Tratado de Livre Comércio (2014)	
Paraguai	Acordo de Alcance Parcial (1993) ¹	
Peru	Acordo de Complementação Econômica (1987) ¹	Acordo de Integração Comercial (2011) ¹
Uruguai	Tratado de Livre Comércio (2004) ¹	
¹ Sob o marco da ALADI ² Decreto em 2010 põe fim ao efeito do TLC ³ Venezuela se retira do TLC em 2006		

Tabela 1 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela Secretaria Econômica do México (2015) e ALADI (2015b).

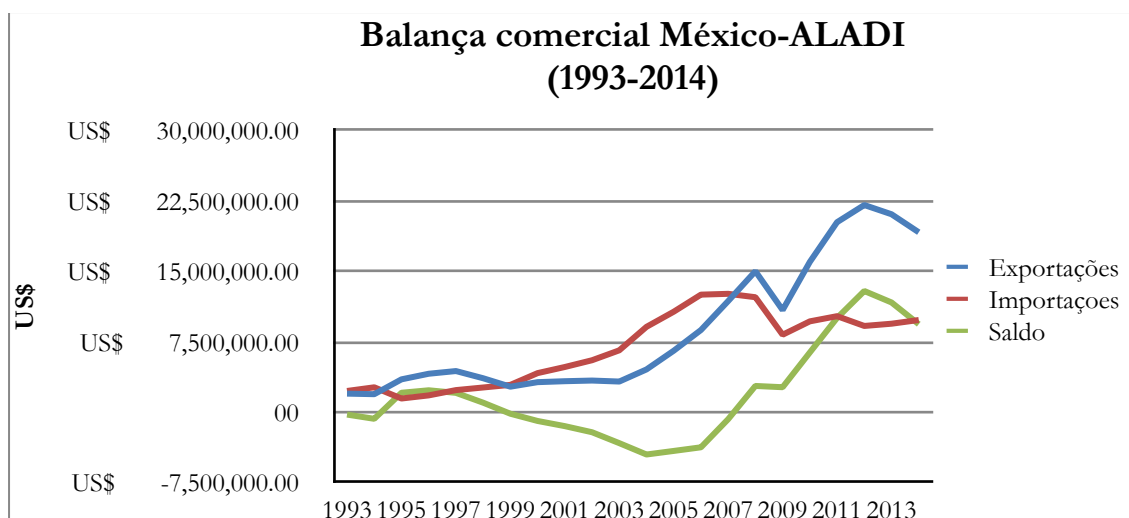


Gráfico 16 - Elaborado pelo próprio autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo e a globalização foram intensificando os processos de liberalização comercial por meio de tais acordos, o fenômeno do regionalismo também ganhou peso, seguindo a estratégia de liberalização intrabloco a fim de fortalecer os Estados-membros frente ao comércio internacional cada vez mais competitivo. Nesse contexto, a América Latina iniciou um processo de fragmentação à medida que foram surgindo diversos sub-blocos econômicos na região. Como o México passou a investir na integração via bloco regional ao norte, sua estratégia de integração em relação à América Latina ficou, em grande medida, focada em acordos bilaterais, como vimos na Tabela 1.

A integração na atualidade

Atualmente, há uma grande variedade de blocos econômicos com diversos eixos de “integração regional, que expressam a adoção de distintos modelos econômicos, o que por sua vez é resultado de complexos processos políticos e econômicos na região desde o início da primeira década do novo milênio”¹³ (Ruiz 2013: 12, *tradução nossa*). Nesse sentido, como forma de melhor compreender como e onde o México se enquadra na integração latino-americana, se analisam os três eixos de integração na região defendidos por Ruiz (2013): o eixo do regionalismo aberto, o eixo revisionista e o eixo antissistêmico.

¹³ “integración regional, que expresan la adopción de distintos modelos económicos, lo que a su vez es resultado de complejos procesos políticos y económicos que están teniendo lugar en la región desde inicios de la primera década del nuevo milenio” (Ruiz 2013: 12).

Os dois grandes modelos do eixo do regionalismo aberto são também os que o México tem maior participação e peso, o NAFTA e a Aliança do Pacífico. Segundo este modelo, os blocos se direcionam pela liberalização comercial primordialmente por meio de tratados bilaterais, seguindo o modelo do regionalismo estratégico, o que de acordo com Ruiz (2013) tem uma marcada inclinação comercial via livre comércio para a abertura da região integrada à economia internacional visando o bem estar da população e o lucro. Além de NAFTA e Aliança do Pacífico, a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) também se caracteriza como um exemplo do eixo do regionalismo aberto em proporções hemisféricas.

O eixo revisionista é exemplificado pelo Mercosul, o qual acompanha a construção de um novo regionalismo sul-americano, baseado na liderança brasileira. Outro exemplo citado por Ruiz (2013) é a União de Nações Sul-Americanas fundada em 2008, cujas origens remetem à Área Sul-americana de Livre Comércio (ALCSA), proposta em 1993. Ruiz define que “O eixo revisionista sofre a transformação de um modelo de regionalismo estratégico a um híbrido que inclui elementos dos modelos de regionalismo social e produtivo”¹⁴ (Ruiz 2013: 23, *tradução nossa*).

Tomando o Mercosul como exemplo, originalmente este bloco adotou o modelo de regionalismo estratégico¹⁵. No entanto, a partir do Consenso de Buenos Aires¹⁶ (2003), ele passou a apresentar características do regionalismo social (como no Mercosul Social de 2005 e no Plano Estratégico de Ação Social de 2010) e produtivo (como pelo Programa de Integração Produtiva e pelo Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM).

Finalmente, o eixo antissistêmico é representado pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América¹⁷ (ALBA), à medida que esta representa um modelo de integração contrário aos ideais capitalistas e imperialistas. De acordo com Ruiz (2013), este eixo

¹⁴ “El eje revisionista sufre la transformación de un modelo de regionalismo estratégico a un híbrido que incluye elementos de los modelos de regionalismo social y productivo” (Ruiz 2013: 23).

¹⁵ Entende-se aqui o momento exato de sua criação e não de idealização.

¹⁶ O Consenso de Buenos Aires foi um documento elaborado entre os então presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual estes se comprometem em “intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social” (Consenso De Buenos Aires: 2003).

¹⁷ Membros fundadores: Venezuela e Cuba. Posterior adesão de: Antígua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

propõe políticas próprias do modelo de regionalismo social¹⁸ e produtivo¹⁹, ao mesmo tempo em que se concebe como um modelo não capitalista, em que se busca o desenvolvimento por meio da cooperação.

Para a melhor compreensão da formação dos diversos blocos na América Latina e da relação do México com estes sub-blocos regionais e seus respectivos membros, tomemos como exemplos a proposta da ALCA, o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

Sobre a ALCA, primeiramente, deve ser destacado que esta não se trata de uma iniciativa genuinamente latino-americana de integração, e sim estadunidense, haja visto o interesse dos Estados Unidos na formação da ALCA com o fim de se posicionar de maneira mais competitiva frente às ameaças advindas da formação e/ou fortalecimento dos blocos econômicos europeu (União Europeia) e asiático (ASEAN) (Sader 2002). Segundo Vizentini (2001) o interesse estadunidense na criação da ALCA estava pautado na “Estratégia da Lagosta” de Alfredo Valladão:

o NAFTA constituiria a cabeça, o centro nevrálgico; a América Latina seria o rabo, a retaguarda e reserva de mercado e recursos; as garras projetam-se sobre o Pacífico e o Atlântico, apoiadas nas alianças militares na Ásia e na Europa. Sua presença estaria destinada a evitar a emergência de potências hegemônicas nessas regiões [...], e seus golpes (intervensões) estariam voltados às áreas de instabilidade da linha que vai da Rússia ao leste da África, cortando o Oriente Médio. (Vizentini 2001: 13)

No entanto, dado o relevante papel do México frente à promoção de tal bloco, a análise dos diferentes posicionamentos dos países latino-americanos em relação à criação da ALCA exemplifica de maneira satisfatória a diversidade e divergência de posicionamentos na região. Se por um lado países sul-americanos de peso – como Argentina, Brasil e Venezuela – se opuseram à criação do bloco alegando a perda de autonomia dos países latino-americanos frente aos Estados Unidos em função da discrepante diferença de poder econômico; por outro, países defensores do eixo do regionalismo aberto, como Chile e México, viam na ALCA, além de uma forma de integração de fato do hemisfério, uma oportunidade expansão de suas economias baseadas

¹⁸ Por meio da internacionalização de programas sociais nacionais (Ruiz 2013)

¹⁹ O regionalismo produtivo da ALBA pode ser identificado por meio de diversos âmbitos, como por exemplo: as chamadas empresas gran-nacionais, que buscam o desenvolvimento produtivo conjunto; a integração energética, com a Petrocaribe e a Petrosur; e a ECO Alba, que seria um espaço econômico comum para o desenvolvimento dentro do bloco. (Ruiz 2013)

no modelo de desenvolvimento via exportação e na relação especial com os Estados Unidos.

Segundo Gonzáles (2006), após a criação do NAFTA, o México passou a exercer o papel de ponte entre a América do Norte e a América Latina, além de ser um porta-voz dos interesses estadunidenses no restante da região. Desta forma, o Estado mexicano desempenhava a função de se apresentar como um exemplo de sucesso resultante do NAFTA, com o objetivo de atrair os demais países latino-americanos à ALCA. Contudo, ao contrário da aproximação planejada, alguns países da região passaram a se incomodar com tal esforço mexicano, chegando a haver momentos de tensão, como entre o governo Fox (2000-2006) e líderes sul-americanos, como Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner. (Sudarev 2013)

O Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)²⁰ tem uma especial relevância para o México em função de sua localização e de seu posicionamento geográfico. Formado por pequenos países, o MCCA tem sua origem ainda em 1961 com o Tratado de Integração Centro-americana, que buscava promover a paz na região, na época abalada por diversos conflitos bélicos e intervenções. Atualmente, este processo busca um aprofundamento através da formação da União Centro-americana, aos moldes da União Europeia. Apesar de tal bloco ser formado somente por economias de pequeno porte, a aproximação do México ao bloco carrega um importante valor político e estratégico.

Um exemplo da relevância política da região para o México foi a formação do Grupo Contadora²¹ e, mais recentemente, o acordo firmado entre o México e o bloco (somando-se o Panamá), o Plan Puebla-Panamá em 2001. Esse acordo nasceu com o intuito de trabalhar como um instrumento de cooperação para o desenvolvimento regional, desde a região sul do México até o Panamá, pois, como relata Gonzáles (2006), a região sofre historicamente com problemas relacionados à pobreza, segurança e migração.

Através do Gráfico 17, fica clara a influência dos Tratados de Livre Comércio firmados entre o México e os membros do MCCA com o contínuo aumento, principalmente das importações, desde 1995. O fluxo comercial passa por um boom em 2003 que se mantém até a crise econômica mundial de 2008, quando, devido à queda das

²⁰ Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

²¹ O Grupo Contadora foi criado em 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela com o intuito de financiar conjuntamente a paz na América Central e em 1986 se expandiu como o Grupo do Rio, envolvendo toda a América Latina e Caribe, tornando-se um mecanismo de consulta e concertação política entre todos os países da região.

importações, o comércio com a região passa a se tornar superavitário, se mantendo assim até os dias de hoje.

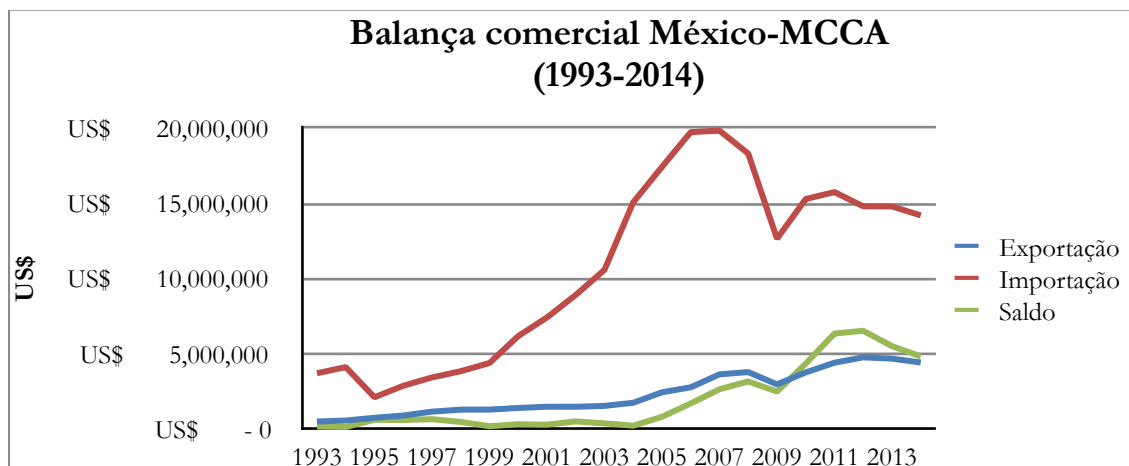


Gráfico 17 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

A Comunidade Andina nasceu em 1969 com o Acordo de Cartagena²², buscando criar uma união aduaneira e econômica a fim de restringir a entrada de capital estrangeiro na região. Com o passar dos anos e a modificação de seus membros, o bloco hoje tem como objetivo principal a criação de um mercado comum para fortalecer seus membros e, assim, melhor defender seus interesses em meio à competição internacional.

A relação do México com a Comunidade Andina se apresenta como de grande relevância e se estabelece por meio de acordos e tratados bilaterais sob a regulamentação da ALADI. Um dos acordos mais ambiciosos foi o Tratado de Livre Comércio entre Colômbia, México e Venezuela firmado em 1994, conhecido como Grupo dos Três. Outro membro do bloco com o qual o México firmou um tratado de livre comércio no ano de 1994 foi a Bolívia.

No entanto, mudanças de cunho político-ideológico em diversos governos da região afetaram o desenvolvimento desta aproximação comercial com o México, gerando tensões. Os casos de conflito mais claro ocorreram com a Venezuela e a Bolívia. No caso da Venezuela, com Hugo Chávez no poder (1999-2013) as relações entre este e o governo mexicano se tornaram cada vez mais tensas. Ao contrário do direcionamento pró-Estados Unidos desenvolvido pelo México, a administração Chávez adotava uma postura anti-estadunidense e anti-neoliberal, o que levou a saída da Venezuela do Grupo dos Três em

²² Membros originários: Bolívia, Colômbia, Chile (se retira em 1976), Peru e Equador. Aderência da Venezuela ao Acordo em 1973 e retirada em 2011.

2003, pois segundo Chávez este acordo se baseava em princípios neoliberais (Sudarev 2013). Em seguida, a Venezuela se retirou da Comunidade, passando a investir, por um lado, em uma parceria com o Mercosul, até se tornar membro em 2012, e por outro, na ALBA.

Já a relação do México com a Bolívia passou a se tornar tensa a partir da administração de Evo Morales (2006 – atualidade). Assim como Chávez, Evo Morales, sendo o primeiro indígena eleito presidente no país, defende a soberania boliviana frente às privatizações e políticas neoliberais em geral. Por esse motivo, alterou-se o Tratado de Livre Comércio com o México firmado em 1994 para um Acordo de Complementação Econômica, em 2010.

No sentido contrário a essas relações conflitivas, o México aprofunda cada vez mais sua relação com Chile, Colômbia e Peru. No que tange a relação México-Colômbia, estes países estabelecem uma parceria tanto no âmbito político, em função de ambos terem um posicionamento mais alinhado aos Estados Unidos, quanto no âmbito econômico, sendo o Estado colombiano um importante sócio comercial do México dentro da Comunidade Andina. De igual maneira, percebe-se que a relação entre o México e o Peru tem sido frutífera. Desde 1997, os dois países já haviam estabelecido um vínculo de cooperação mediante o Acordo de Complementação Econômica, sendo aprofundado por meio do Acordo de Integração Comercial firmado em 2011 durante a administração de Ollanta Humala (2011 – atualidade). A relação com o Chile é ainda mais harmoniosa, visto que os dois países passaram por uma profunda liberalização de suas economias, e, assim, mantém uma parceria comercial desde o Tratado de Livre Comércio de 1998 até os dias de hoje.

No Gráfico 18, que apresenta a balança comercial mexicana em relação aos países da região andina²³ no ano de 2014, percebe-se o destaque das relações México-Colômbia. O Estado colombiano tem sido o principal destino das exportações mexicanas, o que se reflete em um significativo saldo positivo na balança comercial. Outro país que se destaca é o Chile, o segundo maior destino das exportações do México à região, seguido do Peru.

²³ Leva-se em consideração aqui os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

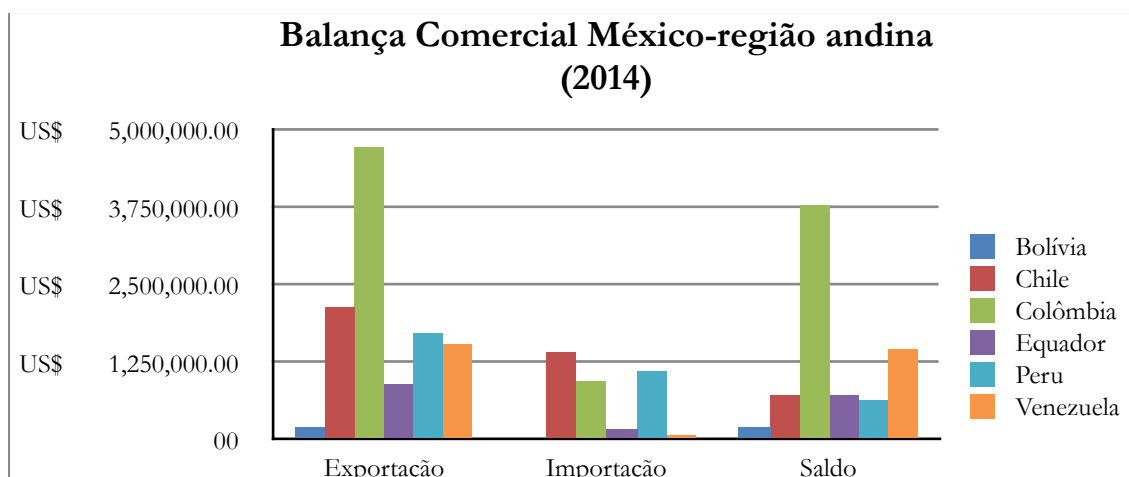


Gráfico 18 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Em um primeiro momento, identificar a Colômbia, Chile e Peru como importantes parceiros comerciais do México não é surpreendente se analisamos sob a ótica de afinidades política e econômica. Todos esses países são voltados ao liberalismo comercial via abertura de mercado, assim como o México. No entanto, é com a Venezuela que o Estado mexicano tem o segundo maior superávit na região. Isso pode indicar que as relações comerciais mexicanas se desenvolvem de maneira pragmática e é variável de acordo com as oportunidades e complementaridade da economia de cada país, mesmo com a incompatibilidade política-ideológica que possa haver.

Como resultado da boa relação do México com a Colômbia, o Chile e o Peru, países defensores do liberalismo e da abertura comercial (Cardoso 2013), no ano de 2011 formou-se a Aliança do Pacífico, uma iniciativa de integração regional com os objetivos de se estabelecer uma zona de circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; impulsionar o desenvolvimento, crescimento econômico e competitividade dos Estados membro; e se tornar uma plataforma de projeção, em especial, ao Pacífico (Alianza del Pacífico 2013). No entanto, apesar desse projeto idealizar criar um forte mercado comum, em seus anos iniciais, não é possível avaliar um grande avanço no comércio do México em relação aos demais membros da Aliança do Pacífico. Como se pode constatar a partir do Gráfico 19²⁴, não houve um aumento substancial do comércio com os Estados-membros do bloco.

²⁴ Leva-se em consideração que X representa as exportações e M representa as importações.

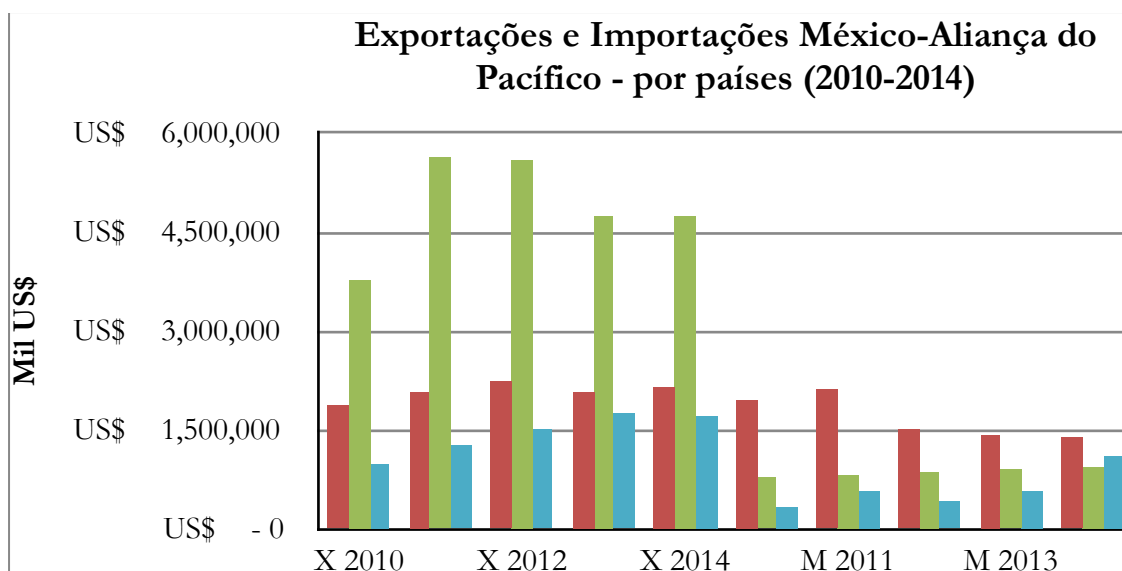


Gráfico 19 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015)

Por fim, a relação do México e o Mercosul se desenvolve mais lentamente. Firmado em 1991, pelo Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul visa a uma maior integração entre estes países, por meio do estabelecimento de uma zona de livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum e de uma política comercial comum. A aproximação do México ao bloco iniciou-se em 1995, a fim de se firmar um acordo comercial. No entanto, segundo Alperstein (2006), a divergência de visões entre o México e os membros do Mercosul dificulta o processo de negociação.

De um lado, o México tem o interesse de firmar um acordo de livre comércio amplo, incluindo bens, serviços, investimento, propriedade intelectual e compras governamentais. De outro, o Mercosul prefere um acordo limitado, aos moldes do Acordo de Complementação Econômica da ALADI, se estabelecendo preferências a determinados produtos. O resultado dessa dicotomia de visões foi a sobreposição da visão do Mercosul, tendo sido firmados Acordos de Complementação Econômica entre o México e os membros do Mercosul, à exceção do Uruguai, com quem foi firmado um Tratado de Livre Comércio, em 2004.

O principal setor beneficiado por esses acordos entre o México e o Mercosul é o setor automotivo (ALADI, 2002), pois se estabeleceram bases para o livre comércio de automotivos, com o objetivo de promover a integração e complementação produtiva entre estes países. Ademais, a pauta comercial entre o México e o Mercosul se concentra

principalmente em produtos de alto valor agregado, o que pode significar uma perspectiva de integração ainda maior.

Os dados do comércio exterior entre o México e cada membro do Mercosul demonstram uma grande discrepância entre o comércio com o Brasil e as trocas com os demais membros. A porcentagem que as exportações destinadas ao Brasil representam do total das destinadas ao Mercosul cresce de 29% em 1993 para 59% em 2014, já as importações mantêm uma média de 69% do total importado de todos os membros do Mercosul ao longo destes vinte e dois anos analisados (INEGI, 2014).

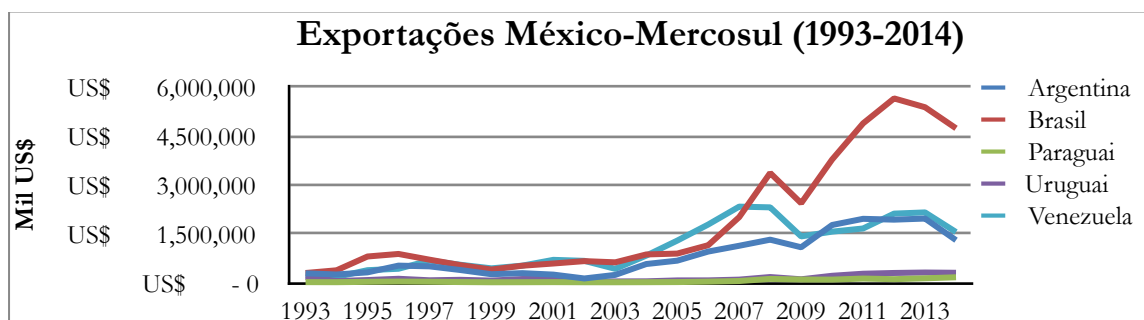


Gráfico 20 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

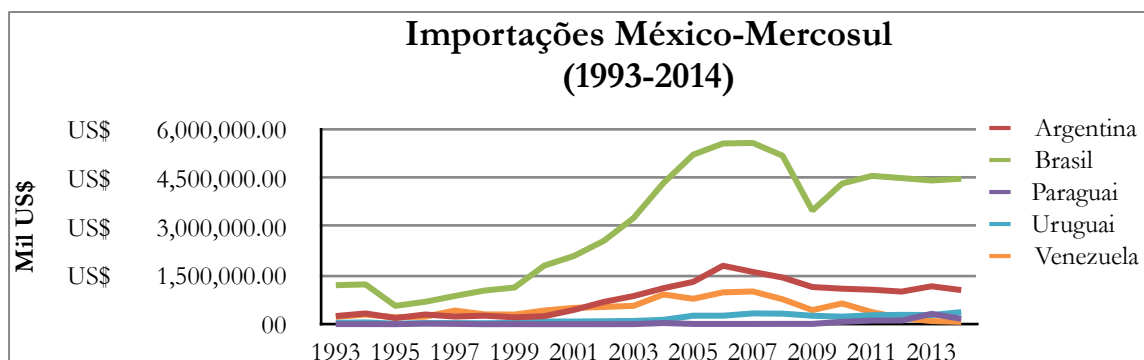


Gráfico 21 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

De igual maneira, o ritmo de crescimento do comércio (Gráfico 20 e Gráfico 21) entre esses países também é diverso entre os membros. Destaca-se novamente o vertiginoso crescimento do comércio, tanto das exportações quanto das importações, entre o México e o Brasil, enquanto que o comércio com o Uruguai e o Paraguai é quase nulo. A média de crescimento das exportações mexicanas ao Brasil é de 9% e, as importações, de 3%. Enquanto isso, tanto as exportações quanto as importações mexicanas aos demais membros do Mercosul tiveram uma média de crescimento de 3%.

Visto a relação mexicana com estes blocos e seus respectivos membros, se pode afirmar que o México busca uma integração com a América Latina aos moldes do eixo do regionalismo aberto por meio do modelo de regionalismo estratégico. Essa característica está presente tanto ao se analisarem suas relações bilaterais quanto suas relações multilaterais com os blocos acima mencionados

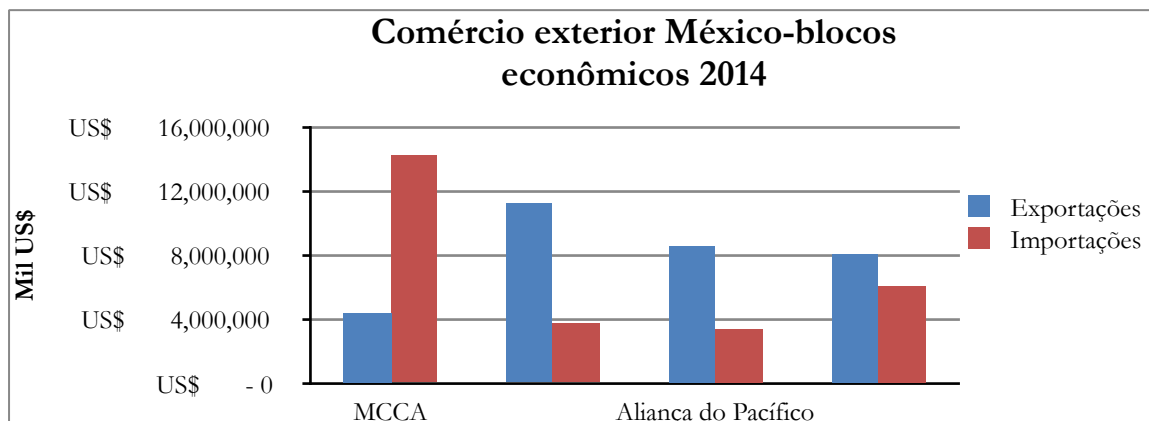
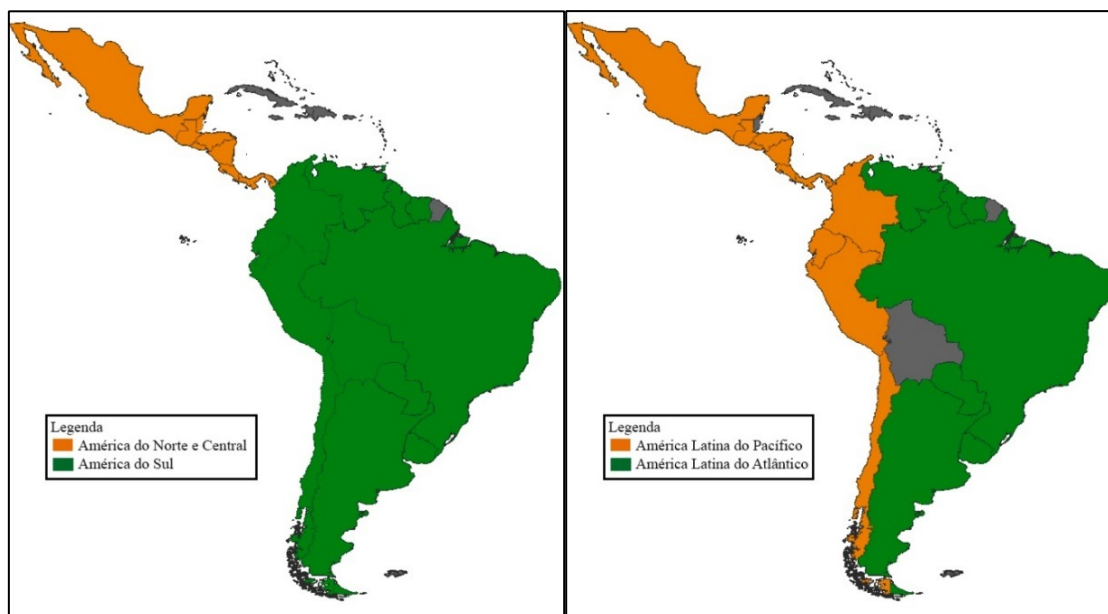


Gráfico 22 - Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEGI (2015).

Em relação à relevância econômica de cada bloco para o México, por meio de uma análise comparativa no ano de 2014 entre o MCCA, a Comunidade Andina, a Aliança do Pacífico e o Mercosul (Gráfico 22), tem-se que este último se caracteriza como o principal destino das exportações mexicanas, enquanto que o MCCA é a maior fonte de importações. Esse fenômeno acontece em função dos diferentes tipos de complementaridades que cada bloco tem com o México, sendo que o MCCA é um grande fornecedor de matéria-prima e o Mercosul, o maior mercado consumidor da América Latina. Já a relação com a Comunidade Andina e a Aliança do Pacífico, que são similares na proporção de exportações e importações, apresenta uma balança comercial superavitária do México. Essa característica pode ser compreendida pela maior industrialização do México frente aos membros de ambos os blocos.

Visto este cenário da integração latino-americana, deve ser destacada sua fragmentação, o que dificulta a formação de um centro único de interação e integração na região. Nesse sentido, existem duas tendências de fragmentação da região: fragmentação entre a América do Norte, América Central e o Caribe de um lado e a América do Sul de outro (Mapa 1), e fragmentação existente entre os Estados latino-americanos da costa do Pacífico e os latino-americanos da costa do Atlântico (Mapa 2) (Cardoso 2013).



Com pudemos notar, na América do Sul vem se desenvolvendo, além dos diversos sub-blocos existentes, processos integracionistas que excluem o restante da América Latina e colocam como principal impulsionador e liderança o Brasil, como a UNASUL, gerando, assim, uma divisão horizontal da integração latino-americana. Por outro lado, a integração que o México vem buscando juntamente com os países da costa do Pacífico, indica uma divisão vertical da América Latina, entre o Pacífico, com a Aliança do Pacífico, e o Atlântico, com o Mercosul de liderança brasileira.

Concomitante a esse processo de fragmentação, temos recentemente, em 2010, a criação de um bloco que pode representar um espaço em que convirjam essas duas tendências, o qual teve um grande apoio do México (Cardoso 2013), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Herdeira da união do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC), esse bloco se estabelece como um novo mecanismo de concertação política e integração, abrangendo a todos os países da América Latina e Caribe. Segundo Soriano (2012), o México tem dois interesses em apoiar a CELAC: reiterar sua identidade latino-americana e reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para se contrapor ao regionalismo sul-americano.

Considerações finais

Ao longo da análise da relação México-América Latina, foram identificados diferentes períodos, com maior ou menor aproximação entre o Estado mexicano e a região.

Nesse sentido, destaca-se o período de meados da década de 1980, quando, a partir de mudanças econômicas internas e externas, o México muda sua postura frente à América Latina, moderando sua relação política e intensificando a agenda econômica e comercial com a região. Esse fato pode ser compreendido como uma extensão da via de desenvolvimento atualmente adotada pelo México, de estreita vinculação econômica e política aos interesses estadunidenses pautados pelas políticas neoliberais.

Tendo em vista esse cenário, o México passou a investir em acordos e tratados comerciais com a região sob a luz do neoliberalismo, com o objetivo maior de se estabelecerem áreas de livre comércio. Assim, se verificou que a partir de meados da década de 1980, houve uma intensa concentração em tratados de livre comércio e acordos de complementação econômica com diversos países da região. Além disso, o México trabalhou politicamente em prol da concretização da ALCA, como resultado de um somatório de influência dos interesses estadunidenses e do próprio interesse neoliberal de expansão das oportunidades de comércio.

No entanto, é destacado que esta característica neoliberal do México contrasta com o direcionamento de outros grandes países latino-americanos, como Argentina, Brasil e Venezuela, vêm levando em seus processos de integração atualmente, com a inclusão do regionalismo social e produtivo. Como resultado de parte dos países da região estarem investindo em um diferente direcionamento, é destacado o regionalismo sul-americano, liderado pelo Brasil, frente ao regionalismo neoliberal mexicano, o que dividiria o continente e afastaria, ainda mais, o México da região.

Contudo, vale ressaltar que o México vem buscando aliados sul-americanos que compartilham a mesma ideologia neoliberal a fim de se aproximar e se contrapor à liderança brasileira na região. Nesse sentido, se destaca a recente criação da Aliança do Pacífico como a mais nova estratégia mexicana de inserção no continente, mas mantendo, ainda, sua característica neoliberal. Apesar desse bloco poder ser visto como algo positivo e um intensificador da integração na América Latina, a proposta da Aliança do Pacífico – de unir países latino-americanos banhados pelo oceano Pacífico no intuito de se fortalecer e aproveitar a oportunidades da região mais dinâmica da atualidade, a Ásia – impõe uma nova forma de divisão entre os latino-americanos, desta vez de maneira vertical, entre os países banhados pelo oceano Atlântico e os países banhados pelo oceano Pacífico.

Tendo em vista todos esses fenômenos integracionistas na América Latina, percebemos que a região se encontra atualmente em um momento de incertezas, pois estão sendo criados diversos modelos de integração concomitantes na região. Ao mesmo

tempo em que a região sofre o risco de ficar cada vez mais fragmentada e com polos de poder divergentes, processos de integração mais amplos, como a CELAC e a ALADI, todavia mostram sua força em busca de uma América Latina unida. Como dentre os polos de integração na América Latina se destacam economicamente a liderança mexicana e a brasileira, a integração latino-americana irá depender, mormente, do nível de convergência entre o México e o Brasil, a fim de se estabelecer uma união ou fragmentação do processo integracionista da região.

Por fim, como sugestão a posteriores trabalhos, se destaca a importância da análise do desenvolvimento da Aliança do Pacífico. Isto é, como o bloco é relativamente recente, todavia não é possível realizar uma análise profunda de seus efeitos sobre o México e sobre a região. Dessa forma, verificar o andamento do bloco e como este se posiciona diante do restante da América Latina poderá ser um dos fatores que determinaram o direcionamento da integração na região. Além disso, uma análise mais profunda sobre a relação México-Brasil na atualidade poderá indicar se a relação entre estes países está no sentido de uma aproximação ou afastamento e quais os efeitos disso sobre a integração latino-americana, levando-se em consideração a projeção política e econômica que tais países exercem como Estados que são líderes regionais.

Referências

- Aladi (2002): Acuerdo de Complementación Económica N° 55. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/0f226c9002f6aebf03257491004226fe/49f7ccd2e4a9e05603257893005a65ae?OpenDocument>>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- Aladi (2014a): ¿Quiénes somos?. Disponível em: <http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/quienes_somos>. Acesso em 01 ago. 2014.
- Aladi. (2014b): Acuerdos. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/acuerdos>>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- Alianza Del Pacífico (2013): La Alianza del Pacífico y sus objetivos. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- Almeida, Paulo Roberto de Almeida e Yves Chalout (1999): Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica em Revista Brasileira de Política Internacional, n. 2, v. 42. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a08.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.
- Alperstein, Aída Lerman (2006): Relaciones México-América Latina: Entre la globalización y la regionalización. Cidade do México: UAM-X, CSH, Depto. de Producción Económica. Disponível em: <http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=239>. Acesso em: 04 jul. 2014.
- Cardoso, Alejandro Ramos (2013): México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. Revista Mexicana de Política Exterior, n. 97. Disponível em: <<http://www.sre.gob.mx/revistadigital/images/stories/numeros/n97/ramos.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.
- Cervo, Amado Luiz (2008): Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva.
- Consenso De Buenos Aires (2003). Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- Gonzáles, Guadalupe Gonzáles (2006): México ante América Latina: mirando de reojo a Estados Unidos em Schiavon, Jorge A.; Spenser, Daniela; Vásquez, Mariano. En

busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX. Cidade do México: CIDE/SRE.

Instituto Nacional De Estadística Y Geografía (INEGI) (2014): Banco de información económica. Cidade do México. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

Lima, Maria Regina Soares (2005): A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: Revista brasileira de política internacional, n. 1, v. 48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Nye, Joseph (2009): Cooperação e Conflito na s Relações Internacionais. São Paulo: Gente Editora.

Ruiz, José Briceño (2013): Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. Estudios Intenacionales, n. 175. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rei/v45n175/art01.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

Sader, Emir (2002): Imperialismo norte-americano e a Alca. In Campanha Nacional Contra a ALCA, Soberania sim, Alca não. Editora Expressão Popular.

Schiavon, Jorge A. (2006): La relación especial México-Estados Unidos: Cambios y continuidades en la Guerra y Pos-Guerra Fria. Cidade do México: CIDE. Disponível em <<http://www.cide.edu/publicaciones/status/dts/DTEI%20137.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Secretaria de Economia do México (2014): Tratados y Acuerdos firmados por México con América Latina. Cidade do México. Disponível em: <<http://www.economia.gob.mx/comunidad-negocios/comercio-exterior/tlc-acuerdos/america-latina>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

Sierra, Gerónimo (2008): América Latina, una y diversa. Costa Rica: Alma Mater.

Soriano, Juan Pablo (2012): Dilma y México: altibajos en una relación indispensable para América Latina. Revista CIDOB d'afers internacionals, n. 97-98. Disponível em: <http://www.cidob.org/ca/content/download/31857/515515/file/135-150_JUAN+PABLO+SORIANO.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

Sudarev, Vladimir (2013): México y América Latina: Nueva etapa de relaciones. Латинская Америка, n. 6. Disponível em: <http://www.ilaran.ru/pdf/2013/Iberoamerica/IbA_2013_4/Sudarev.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Vilaboy, Sergio Guerra e Alejo Maldonado Gallardo (2000): Raíces históricas de la integración latinoamericana, em Asociación por la Unidad de Nuestra América, Historia y perspectiva de la integración latinoamericana. La Havana. Disponível em: <<http://www.iecei-unesp.com.br/portal/artigos/raices.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

Vizentini, Paulo G. F. (2002): Dez anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 3. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1282/1648> >. Acesso em: 04 fev. 2014.

Lack of Preferences, Political Trust and Education Levels: Alternative Explanations for Invalid Votes in Brazilian Elections

Guilherme Arbache

Guilherme Arbache, 31, born in São Paulo, Brazil, has a BA and a MA from the Department of Political Science, University of São Paulo. Guilherme's research is focused on political participation, political culture, voting patterns, and private governance. Email: guilhermearbache@gmail.com.

Danilo Freire

Danilo Freire, 32, also a Brazilian national, is going to start his PhD in Political Economy at King's College London this September. Freire holds a BA and a MA degree in Political Science from the University of São Paulo and a MA degree in International Relations at the Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva. His main topics of interest are civil wars, political violence, prison gangs, and research methods, particularly Bayesian inference and agent-based modelling. Email: danilofreire@gmail.com.

Pietro Rodrigues

Pietro Rodrigues, 28, born in Sorocaba (Brazil), is a PhD candidate in the Institute of International Relations at the University of São Paulo. Pietro hold a BA in Social Sciences and a MA in Political Science from the same institution. He is interested in the intersection between business and politics, especially international political economy and international private governance. Email: pietrocsr@gmail.com.

The authors' names are listed in alphabetical order, equal authorship is implied. All data and information necessary to replicate our work are available at <https://github.com/danilofreire/replication-files/tree/master/2015/invalid-votes>.

Abstract

This paper explores the causes of invalid voting in Brazilian elections. Given that invalid ballot rates tend to be higher where voting is compulsory, the correlates of invalid votes in those countries deserve attention. In this regard, Brazil provides an ideal case for analysing the issue. Brazil not only has the largest electorate of all democracies with compulsory voting laws, but it has also introduced electronic ballots, what has been responsible for a considerable decline in the invalid vote rates. Using data from ESEB, a public opinion survey on elections, we perform a series of logistic regressions to analyse the 2010 presidential, gubernatorial and parliamentary elections, and evaluate the impact of political disaffection and educational

level on invalid voting behaviour. We also test a third explanation that so far has not received much attention of scholars: the sheer lack of preference over the running candidates, regardless of distrust levels. Our analyses find that lack of preference has a significant impact on invalid voting at all government levels. Education is negatively correlated with invalid voting, but it is significant only for the presidential elections, a result that confirms the role of the complexity of Brazilian parliamentary elections on invalid voting. Low evaluation of institutions has an impact only over certain types of elections.

Key words: Brazil, Elections, Invalid Votes, Opinion Survey, Political Behaviour.

1. Introduction

Brazil has experienced the longest democratic period in its history (Lamounier 2005; Luna and Klein 2014). Since 1989, Brazilian citizens have directly chosen their representatives in elections that have been widely recognised as free and fair by international standards (Hagopian 2005; Moisés 2005). At present, the country is the third largest democratic regime in the world and the largest polity with compulsory voting laws (Power 2009; Reid 2014).

Compulsory voting dramatically changes the utility function of the vote. Citizens who are indifferent to the outcomes of the elections still go to the polls to maintain a regular situation before the electoral laws. Therefore, some people might vote with no concern about electing the representatives that better reflect their preferences (Jackman 2001; McAllister and Makkai 1993).

Brazilian elections have seen a high rate of spoiled ballots, even when compared only with other compulsory voting countries. Nevertheless, there are important differences in the rates of invalid votes across election types in Brazil²⁵. Elections that are marked by a high degree of complexity, such as those for the lower chamber (with a very high number of candidates and a system of proportional, open-list representation (Figueiredo and Limongi 1999)), always yield more invalid votes than other sorts of selection methods²⁶ (Power and Roberts 1995). Complex elections might drive citizens into apathy, since the

²⁵ In this article we employ the terms “invalid” and “spoiled” votes interchangeably. In Brazil, we have two types of invalid votes: *votos nulos* (“spoiled votes”) and *votos brancos* (“blank votes”). The consequences of both types of votes for the elections outcomes are the same, although the blank votes might be an expression of abstention or lack of preferences, while *votos nulos* suggest disaffection with the regime. However, here we follow previous studies (as well as the lack of disaggregated data to study the two types separately) while considering *brancos* and *nulos* as the same thing.

²⁶ On the complexity of elections and invalid votes in other countries, see, inter alia, McAllister and Makkai (1993).

immediate benefits of voting cannot be intuitively understood, nor the final result fully comprehensible (Everson 1981). Thus, frustration may lead to invalid ballots.

One can also observe that the rate of invalid votes has changed considerably over time: in 1998, when the country introduced electronic ballots in the national elections, there was a substantial decrease in the invalid voting²⁷. This variation is also of interest for researchers, and it adds to the importance of Brazil as a case study.

Thus far, most studies on invalid votes are conducted at the aggregated level. Borba (2008), on the other hand, addresses this question at the individual level, but the author does not evaluate the role of the lack of preferences (which could be related to electoral competition, a macro-level variable) on invalid voting²⁸.

The present article aims to investigate the following questions: 1) what are the reasons for casting invalid votes?; and 2) are there differences in the invalid vote behaviour among different types of elections? More specifically, we intend to test three hypotheses:

H₁: political disaffection leads to invalid voting, since the voters do not want to support any of the candidates due to disbelief in the political system;

H₂: low educational level raises the probability of invalid voting, either because of mistakes in the ballot casting or because of the difficulty of choosing candidates due to lack of information and knowledge;

H₃: the sheer lack of preferences about candidates, regardless of individual political distrust and low political information, raises the probability of invalid voting. Even after controlling for political distrust and educational level, people who declare not to see significant differences among the available candidates are more prone to spoil their ballots – instead of simply abstaining, as it would happen if voting was not an obligation.

Before proceeding to the empirical analysis, we must expose the main theoretical debates regarding invalid votes around the world and in Brazil.

²⁷ The electronic balloting system was first tested in some locations at the 1996 municipal elections, while in 1998 it became the norm for the entire country, with only some rare exceptions where logistic issues have made it unfeasible (Tribunal Superior Eleitoral 2013).

²⁸ This study also does not employ any sort of statistical analyses to simultaneously assess the impact of many different variables on invalid voting. For that reason, Da Silva (2013) clearly affirms that more sophisticated analyses, such as logistic regressions, are needed to confirm his findings.

2. Theoretical Background

The majority of scholar explanations for invalid ballots revolve around two dimensions. There is the “protest vote”, fostered by political disaffection and low educational levels. The former is related to feelings of distrust and *low evaluation* of political institutions, causing voters to express that disaffection by spoiling their votes. The latter is mainly caused by “accidental invalid votes”, when people *involuntarily* spoil their votes due to mistakes while filling-up the ballots. However, educational levels can also be related to voluntary spoiled votes, when people lack the ability to decide who to vote for (Damore et al. 2012; Driscoll and Nelson 2014; Hill and Young 2007; McAllister and Makkai 1993).

Other authors have suggested *institutional features* as a third explanatory dimension for invalid voting: institutional. Power and Roberts (1995) posit that the “[...] the unusual system of open-list proportional representation” is a major reason for spoiled votes in Brazil. Such institutional factors might interact with other explanatory dimension above-mentioned: Hill and Young (2007) state that an *interaction* of the complexity of legislative elections with a lack of information and educational background is the main source for invalid votes in Australia.

Ugla (2008), in turn, finds out that *low election closeness* combined with a *high number of parties* increases invalid balloting²⁹. Although this author, as well as Zulfikarpasic (2001), refer to the *lack of choices* as a behaviour of politically sophisticated individuals, as opposed to the “incompetent” voters that are suggested in our H2, they seem to equal such lack of choices to the protest voting behaviour. We suggest here, conversely, that *lack of choices* can exist not only in people with high levels of education and low levels of political trust (the “critical citizen” described by Norris (1998)) but also in people with high levels of both political trust and education.

Besides that, the hypothesis of *lack of preferences* as a source for invalid balloting seem not to be properly tested, especially when it comes to *individual-level studies*, where the building (or lack thereof) of preferences ultimately happens. Thus, we aim to fill this gap by

²⁹ By closeness of elections, we mean the distance between the elected and the second most-voted candidate in a given run-off. Ugla’s analysis featured approximately 200 elections in Europe, the Americas, Australia and New Zealand. Aldashev and Mastrobuoni (2010) also find an effect of *closeness* on invalid balloting, in their study of Italian elections.

testing the role of *lack of preferences* on invalid votes at the *individual level*, and as a separate thing from low educational skills and political distrust³⁰.

We could think of other explanations for invalid votes if we come back to the political participation literature. In fact, casting an invalid ballot in a country with compulsory voting laws (hereafter CVL) might be due to similar reasons to non-voting in countries without CVL³¹.

In that sense, we could apply Downs (1957) famous theory to invalid votes. Low levels of political knowledge could also cause voters to deliberately spoil their ballots for the same reasons that less-informed voters abstain (in Downs's explanation): they *prefer* to leave the decision to more informed citizens. If someone needs to attend the elections to maintain itself lawful under the electoral rules but do not feel informed about the political conjuncture in order to make a voting decision, she would cast an invalid vote. In that case, we would find support for H2 above.

We could also suggest a role for political efficacy and political interest on invalid votes. In effect, Borba (2008) finds a negative correlation between the subjective feeling of the efficacy of vote and invalid ballots in Brazil. If one is forced to vote by law but she believes that her vote does not change anything, she will spoil the ballot. Following the same logic, if one does not care at all about politics and the elections (*low political interest*), she will just cast a blank or null vote. For such reasons, we include *political interest* and *political efficacy* as control variables in the models below.

In Latin America, despite the high levels of spoiled ballots in some countries due to CVL, few scholars have addressed invalid votes. Epstein (2001) points to the waning on party identification as an important explanation for invalid ballots in Chilean elections, giving support for the “disaffection” hypothesis. Power and Garand (2007) expands Power

³⁰ This hypothesized *lack of choices* with relatively high levels of trust and education could be related to the *macro-level* variables proposed by studies as Ugglá's (2008) itself. In an environment with low numbers of parties, such as a bipartisan, majoritarian –type election, the candidates might move to the center, as suggested by Downs (1957). In opposition, a high number of parties can make things complex and make it difficult for *voters* to make a decision, as suggested by McAllister and Makkai (1993), particularly in “personal vote” electoral systems, such as Brazilian *lower chamber* (Power and Garand, 2007). That discussion, however, goes beyond the goals of the present article, not only because they are at the *macro-level*, but also because we aim to investigate here the reasons for *invalid votes*, not the reasons for *lack of preferences*.

³¹ Dos Santos (1987) even proposes that invalid votes and abstentions should be studied together, under the umbrella concept of “electoral alienation.” However, we follow Nicolau (2002), who affirms that those two forms of electoral behaviour are inherently different and should be analysed as such. Spoiled ballots and abstentions may have the same consequences for the elections results, but they surely have different causes.

and Roberts's (1995) analysis in Brazil to 80 legislative elections in Latin America, confirming most of their findings and adding an *interactive term* for electoral system and number of parties, as above mentioned.

2.1. Invalid Votes in Brazil

In spite of the country's absence of a long democratic history, elections have been virtually uninterrupted in Brazil since the country proclaimed its independence from Portugal in 1822. The coexistence of elections with non-democratic regimes turns Brazil into a paradoxical case (Nicolau 2002). Therefore, electoral habits developed in authoritarian periods might still affect the country's political culture.

One feature that has accompanied Brazilian elections even before the current democratic regime is a high rate of invalid votes. During the authoritarian regime that ruled the country from 1964 to 1985, the rate of invalid ballots for the lower house of the National Congress (*Câmara dos Deputados*) reached 30%.

As already mentioned, the complexity of the electoral system together with low levels of cognitive capacity and information causes some people to spoil their votes by accident (Moisés 2010). However, "protest voting" seems to play a role here as well (Skidmore, 1988). For Moisés (1990), in turn, there was a "plebiscitary voting" culture: those who supported the regime voted for ARENA (the party that represented the military), while those who were opposed to it voted either for the MDB (the opposition party) or spoiled their vote. The institution of compulsory voting itself was also seen as a source of protest voting (Moisés 2010).

This trend has remained and even sharpened in the wake of the democratic regime: in 1990 and 1994, the rates of spoiled ballots reached 40% and 44%, respectively. Nevertheless, such figures have plummeted after the introduction of electronic ballots. The impact was stronger exactly in the elections with higher complexity and higher historical levels of invalid ballots: the legislative elections in the national (Nicolau 2004) and municipal levels (Fleischer 2002).

In that way, it is highly conceivable that after 1998 the invalid votes could be better explained by other factors than the unintentional spoiling, mainly the political culture. If the spoiled ballots by accident have diminished (the only plausible explanation for the impact of the *urna eletrônica*³², since many ballots were spoiled before because the voter had

³² Portuguese for "electronic ballot box".

not filled them correctly), the bulk of the remaining invalid votes are most probably a vote of protest; lack of political interest and/or lack of preferences over the candidates. However, as previously mentioned, people with lower educational levels might *intentionally* leave the electoral decisions for the ones with higher cognitive skills. Therefore, even after the changes introduced by the *electronic ballots* (fewer *accidental* spoilings), we might still find support for H2 above.

3. Research Design

3.1. Methods and Data

We employ data from ESEB (Brazilian Electoral Studies), a public opinion poll taken with 2000 people right after the major elections held in 2010, to perform a series of Bayesian logistic regressions in order to assess, at the individual level, the impact of education, political efficacy, political knowledge and lack of preferences on invalid voting behaviour.

Bayesian inference has several advantages over its more famous counterpart, frequentist inference. Bayesian inference has an uncontested axiomatic foundation (Cox 1946; Savage 1954), an intuitive interpretation of probabilities (Eberly and Casella 2003), and provide more information than classical statistics (Kruschke 2010). The Bayesian approach to data analysis starts with *a priori* beliefs of the world – probability distributions that either reflect previous knowledge or show ignorance about the parameters (Koop et al. 2007: 79–91) – then updates those beliefs with information contained in the data using Bayes' Theorem. The result is an *a posteriori* distribution for each parameter of interest.

Therefore, the posterior distribution represents a sort of compromise between our prior understanding of the world and the data we have at hand. A great advantage of using posterior distributions instead of point estimates is that “[...] anything we want to know about a random variable θ can be learned by sampling many times from $f(\theta)$, the density of θ ” (Jackman 2009: 134). That is, according to the law of large numbers, any quantity of interest can be easily approximated by drawing more random samples from our simulation based estimate of the parameter we want to know (Jackman 2009: 138). Such procedure is usually carried out with Markov Chain Monte Carlo (MCMC) methods (Robert and Casella 2004).

This has profound implications to the understanding of the model parameters. For instance, if we are sampling from a probability distribution, the parameters' intervals have

an intuitive interpretation: given the prior and the model, there is indeed a 95% chance of the true value being within that area of the posterior distribution (Chen and Shao 1999). This is much more useful for scholars than the frequentist confidence interval, which is the 0 or 1 probability that the true value θ is included in the interval, given that the sample is repeated many times. Frequentists know, on the one hand, that 95 out of 100 confidence intervals have the true value within them, but they *cannot know*, on the other hand, if the specific sample they have at hand contains the true value or not (Greenberg 2012: 31). As noted by Bolstad (2007, xxi) “Bayesian methods often outperform frequentist methods, even when judged by frequentist criteria” such as the interpretation and accuracy of confidence intervals.

We have decided to take a more sceptic stance in this paper and our choice of priors reflect our lack of certainty about the true values of the dependent variables employed in the models below. We have opted for weakly informative multivariate normal distributions for all the estimated parameters. The priors have mean zero and a precision parameter (1/variance) of 0.001. This choice of priors reflects our ignorance of the parameters’ true values and should have very limited influence on the posterior distributions.

The statistical analyses were performed with the R statistical language version 3.1.2 (R Core Team 2014). We have employed the MCMCpack package (version 1.3-3) to estimate the models presented in this paper (Martin, Quinn and Park 2015). MCMCpack is fast, uses a very intuitive syntax, fits several models, and enables one to easily incorporate any choice of priors to the estimations.

The ESEB dataset is sampled with a high concern for regional differences in Brazil. Three selection stages were employed to define the samples: first, at the town-level; secondly, at the *census sector* level and finally, at the residency level. The research institute considers the political-administrative divisions of the Brazilian territory, making sure that all regions (and all state capitals) are represented in the final sample. The towns where the interviews were conducted were randomly selected in order to attend the proportionality among the 5 Brazilian macro-regions: *Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul*, although in order to increase statistical powers the Norte and Centro-Oeste regions were merged in the

³³ Portuguese for North, Northeast, Middle-West or Center-West, Southeast and South. These macro-regions have important socioeconomic and political differences, and the different electoral behavior among them is stated by studies such as Costa (2007).

final data set³³. The final number of observations (about 2000) is approximately the same used for any presidential poll conducted in the country³⁴.

3.2 Variables

Our dependent variables are dichotomous, coded as $y = 0$ if the interviewee says she voted for a candidate or party and $y = 1$ if the person says it cast an invalid ballot in the following 2010 elections: President (1st round), President (2nd round), State Governor (1st round)³⁵, Federal and State Deputies³⁶. Abstentions were coded as missing. “Age-facultative” individuals, i.e., people for whom voting is voluntary because they are under 18 or above 70 years old, were also dropped out from the analysis. The relationship between CVL and invalid voting that underlies the present article would not be appropriately. Besides that, invalid votes among this population are very rare (in the ESEB sample only 1 person within these age ranges cast an invalid ballot on the Presidential elections first round, for example). The independent variables are:

1. Socio-economic resources:

- `houseincome` (House income)
- `education` (Education level in 10 categories)

2. Political culture:

- `pref_cand` (dummy for the question: "Did any of the candidates/parties represented your view in the elections?")
- `pref_part` (dummy for the question: "Is there any political party that represents your views?")

³⁴ See, inter alia, the Datafolha website, one of Brazil's largest electoral polling firms: http://datafolha.folha.uol.com.br/duvidas/pesquisas_eleitorais.shtml Access: 11th April, 2015 (in Portuguese).

³⁵ Governor's second round happens only in some states, since there are two-rounds only if the most voted candidate does not achieve more than 50%.

³⁶ The elections for Senator were not included since ESEB data set, for some reason, did not differentiate invalid votes from abstention.

- govevaluation (Evaluation of Federal Government – 6 levels)³⁷
- congressev (Evaluation of National Congress – 6 levels)
- partyeval (Evaluation of political parties – 6 levels)
- knowledge (Index of political knowledge based on X questions)
- efficacyvote ("To what degree do you think voting influences what happens in Brazil?" – 5 levels)

³⁷ ESEB features evaluation of political institutions instead of trust in those institutions, like other public opinions usually do. Although these two concepts are different, they seem close enough to each other to make feasible the hypotheses tests that we propose here.

Descriptive statistics can be seen in Table 1 below.

Table 1: Descriptive Statistics

Statistic	N	Mean	St. Dev.	Min	Max
inv_pres1	1,807	0.04	0.19	0	1
inv_pres2	1,775	0.05	0.22	0	1
inv_federal	1,184	0.22	0.42	0	1
inv_estadual	1,267	0.22	0.42	0	1
inv_gov	1,726	0.08	0.27	0	1
pref_cand	1,884	1.30	0.46	1	2
pref_part	1,908	1.52	0.50	1	2
inv_gov2	235	0.06	0.24	0	1
houseincome	1,770	713.35	751.27	24.00	10,201.00
Male	1,922	0.48	0.50	0	1
efficacygov	1,898	4.34	1.16	1	5
efficacyvote	1,910	4.39	1.15	1	5
congressev	1,741	3.19	1.50	1	6
wouldvote	1,813	1.48	0.50	1	2
Right	1,063	6.31	3.19	0	10
partyeval	1,787	3.21	1.42	1	6
knowledge	1,904	5.59	3.14	0	17
interest	1,908	2.43	0.85	1	4
education	1,922	5.13	2.25	1	10
Age	1,922	39.73	14.36	18	70
gov.evaluation	1,860	4.17	1.28	1	6

Source: Authors.

3.3 Main Hypotheses

In this paper we test the following hypotheses:

H₁: political disaffection leads to invalid voting, since the voters do not want to support any of the candidates;

As previously mentioned, Brazilian levels of political trust are relatively low even though they have decreased for most countries lately. Therefore, one can suppose that dissatisfaction with political institutions would be a major reason for spoiling ballots.

H₂: socioeconomic variables are unrelated to invalid voting after the electronic system was introduced;

H_{2a}: low educational level raises the probability of either because of mistakes in the ballot casting or because of the difficulty of choosing candidates due to lack of information and knowledge.

Although we sustain that socioeconomic resources should have low explanatory power over invalid ballots after the introduction of the *urna eletrônica*, it is still possible that socioeconomic resources are correlated with invalid votes. Voters can still make mistakes at the poll that lead them to spoil their ballots by accident even after the electronic system, and those accidental votes are more usual among people with low education levels. Moreover, as we already mentioned, low education might explain not only unintentional spoiling, but also the "abstention behaviour" of voters that just do not know for whom to vote and prefer to leave the decision for the more informed. Thus, we expect either a negative correlation or no correlation of education and income with invalid votes.

H₃: the sheer lack of preferences over the candidates, despite of political distrust and low political information levels raises the probability of invalid voting.

People can be interested, informed, and even hopeful about politics, but they might *still* not have a clear preference over the candidates. This trend might have macro-level causes: a high number of candidates could result in indecision of voters and, consequently, spoiled ballots (McAllister and Makkai, 1993), particularly in systems where "personal vote" is favoured (Power and Garand, 2007). On the other hand, low levels of political competition also might increase invalid voting, as Uggla (2008) and Aldashev and Mastrobuoni (2010) have shown.

We try to address that issue at the individual level (since an analysis on the role of electoral systems on the *lack of preferences* would require a completely different research design). More precisely, we seek a correlation between invalid votes and the citizens' own statements about their preference over the candidates and parties.

4. Analysis

We first ran the core models with all the dependent variables and party evaluation as the in-dependent variable to assess the impact of political disaffection on invalid voting (Table 2). In Table 3 we ran another set of models with preference as an independent variable, using candidate preference for the contests where it was available (Presidential elections) and party preference in the other cases. Table 4 features independent variables for institutional evaluation that are more directly related to each contest: federal government evaluation (for presidential elections), and National Congress (for federal deputies). We present the means and standard deviations of the posterior distributions below. They are equivalent to the expected values of the coefficients and the standard error in the frequentist framework. Thus, the mean \pm 1.96 standard deviation of the posterior distribution corresponds to the 95% confidence interval in frequentist statistics.

Table 2 shows that education has a positive effect for presidential vote, being more than two standard deviations from zero. However, for other dependent variables the effect of education is not so clear and the parameter fails to achieve standard levels of significance. As for efficacy vote, the variable has a negative impact on invalid voting for president, but its effects are not distinguishable from zero in the last three models. Conversely, party eval and knowledge have a consistent, negative effect on all dependent variables. The impact of these last two variables is also considerably larger than the first ones, thus suggesting that they are relevant factors to understand the incidence of invalid votes (See Table 2 next page) .

Table 2: Logistic Estimations for Invalid Voting

	Dependent variable:				
	inv_pres1	inv_pres2	inv_gov	inv_federal	inv_estadual
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Houseincome	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
education	0.23 (0.08)	0.24 (0.06)	0.06 (0.05)	-0.01 (0.04)	-0.00 (0.04)
efficacyvote	-0.24 (0.09)	-0.20 (0.08)	-0.05 (0.08)	-0.06 (0.07)	-0.07 (0.06)
partyeval	-0.26 (0.10)	-0.19 (0.08)	-0.30 (0.07)	-0.36 (0.06)	-0.25 (0.06)
knowledge	-0.33 (0.07)	-0.11 (0.04)	-0.22 (0.04)	-0.16 (0.03)	-0.15 (0.03)
constant	-1.46 (0.65)	-2.22 (0.56)	-0.48 (0.48)	0.88 (0.40)	0.47 (0.37)
Observations	1,520	1,496	1,461	1,079	1,085

Source: Authors.

Table 4 presents our last series of models. Once again, education is positively associated with the invalid voting for president, as is govevaluation. When taking a looser confidence interval (close to 1), knowledge appears to be different from zero in all models, as are the other two variables for political preferences.

What can we say about the models taken together? Evaluation of institutions (be it political parties, Executive or Legislative Branches) have a negative correlation different from zero with invalid votes in all models, what lends support to H_1 . Political disaffection has become a common feeling among Brazilians, and it seems that this anger is being expressed mainly through spoiled ballots.

Political knowledge also presents a negative correlation in all models. Since we lack a proper measure of political interest, that might reflect a negative correlation between interest and invalid voting. Moreover, in these models the coefficient for knowledge was still statistically different than zero, suggesting that the importance of information for casting a valid ballot goes beyond the interest in politics.

What would be the role of education then? Surely, that is the most surprising result of our regression models. Education showed a positive correlation with means that are statistically different than zero in some models, mainly the ones for presidential elections. There seem to be only two possible explanations for that: either those results were achieved at random, or the act of spoiling the ballot is becoming more and more a behaviour of “critical citizens” than anything else. However, we would expect a critical citizen to know a little bit more about politics. Maybe there are two different types of invalid voters, one with this critical, politically disaffected profile; the other more alienated and misinformed about politics. Our research design does not allow us to draw conclusions about that, but the correlation between political knowledge and disaffection amongst voters who have spoiled their ballots is, indeed, close to zero (-0.05 and 0.06 for party evaluation and government evaluation amongst people who spoiled the vote in the first round of presidential elections).

Table 4: Logistic Estimations for Invalid Voting

	Dependent variable		
	inv_pres1	inv_pres2	inv_federal
	(1)	(2)	(3)
houseincome	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
education	0.24 (0.07)	0.23 (0.06)	-0.02 (0.04)
efficacyvote	-0.31 (0.10)	-0.23 (0.08)	-0.08 (0.07)
govevaluation	-0.37 (0.10)	-0.29 (0.08)	
congressev			-0.33 (0.06)
knowledge	-0.27 (0.06)	-0.07 (0.04)	-0.16 (0.03)
pref_part	1.23 (0.36)		0.56 (0.17)
pref_cand		0.67 (0.24)	
constant	-2.99 (0.99)	-2.66 (0.72)	0.05 (0.53)
Observations	1,575	1,526	991

Source: Authors.

Whatever is the actual relationship between education and invalid voting, the fact is that we cannot reject either H_2 or H_{2a} based upon our results. Nevertheless, it seems that political alienation is more the case than accidental votes here (since the latter is known to be highly related to low levels of formal education). Future investigations on that issue could confirm that³⁸.

Political efficacy also showed a correlation in the expected direction (statistically different from zero only for presidential elections), giving strength to the idea that some voters spoil their ballots because they do not care about the results of elections.

Both party preference and candidate preference (where such data were available) presented a relevant correlation with invalid voting, lending support to H_3 . Lack of specific data on preference over candidates for other than presidential elections disallow us to make stronger statements about that issue, but the results were robust along many different specifications. Nevertheless, party preference is known to be highly correlated with the formation of a preference over the candidates, according to many previous studies, suggesting that, even if it is not the main variable to test here, it is a good proxy.

Further studies are also needed in order to explore the relationships of this micro-level tendency with macro-level propositions. Nevertheless, our findings suggest that hesitation and indifference over the candidates play a role in spoiled ballots regardless of political disaffection, alienation or anything else.

5. Discussion

The results of our analyses show that political knowledge and evaluation of political institutions are powerful predictors of invalid voting. Since we failed to find a negative correlation between education and invalid votes, the profile of the “spoiler voter” that we drafted here is that of someone who holds a negative view of political institutions and/or does not care about politics and elections.

If we reflect upon the combined role of political efficacy and low evaluation of institutions, the models suggest that invalid votes may be an effect of voters’ perceived distance to the public sphere and their disenchantment with political institutions. This

³⁸ The authors thank Jairo Nicolau for having suggested experiments with ballot boxes as a way to confirm that accidental spoiling in Brazil is not a common phenomena in the electronic ballot system.

widespread feeling surely has structural, macro-level roots, which go beyond the sheer number of candidates or distance between winner and losers (the two main indicators that scholars often use in order to account for electoral competition). In effect, Moisés (2011) goes against the positive view on the high concentration of powers on the Executive branch that has established in the 1990's among Brazilian political science, especially after Limongi and Figueiredo's 1998 seminal text. To Moisés, the Brazilian coalition presidentialism's reliance on presidential powers to govern weakens legislative opposition and it is one of the reasons for the growing unpopularity of the Congress.

Without the intention of getting into that discussion, it is worth to note here that in the Brazilian case the effective number of parties is far from adequate to measure electoral competition. It can be well that, as our third hypothesis suggests, some voters spoil their ballots because they can barely identify the differences between candidates/parties, not necessarily because they have low information, but because such differences are not clear. It is not easy for voters to identify the positions of so many candidates and parties in a country marked by electoral volatility³⁹. However, disaffection towards institutions, elections and even CVL themselves seem to play an important role here.

To sum up, if at the one hand spoiled ballots in contemporary Brazil are an act of critical citizens, on the other, they might be a consequence of alienation and political "cynicism". Political efficacy is related to both types of invalid votes, as a consequence of disaffection and a cause of alienation. Positive coefficients for education suggest that the negative correlation between knowledge and invalid votes is a matter of absence of interest more than socioeconomic limitations.

Future research could address some questions raised here, like the vanishing of accidental ballot spoiling or other issues that go beyond invalid votes, like the relationship of macro-level factors (electoral competition, electoral system complexity, etc.) with party and candidate preference, political alienation, and disaffection. Nevertheless, the present article attempted to draw some conclusions about invalid votes and, more broadly, the behaviour of citizens under compulsory voting and persisting dissatisfaction with political institutions.

³⁹Although many authors believe that volatility is vanishing, Kinzo (2006) affirms that Brazilian party-system is unstable and parties fail to provide a "brand" for voters.

References

- Aldashev, G. and Mastrobuoni, G. (2010): 'Invalid Ballots and Electoral Competition', Carlo Alberto Notebooks 153:pp. 1–39.
- Bolstad, W. M. (2007): Introduction to Bayesian statistics. Sussex:Wiley.
- Borba, J. (2008): 'As Bases Sociais e Atitudinais da Alienação Eleitoral no Brasil', Revista Debates 2(2):pp. 134–157.
- Chen, M.-H. and Shao, Q.-M. (1999): 'Monte Carlo estimation of Bayesian credible and HPD intervals', Journal of Computational and Graphical Statistics 8(1):pp. 69–92.
- Costa, H. de Oliveira (2007): Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais, 1989-2002. Editora Sulina.
- Cox, R. T. (1946), 'Probability, frequency and reasonable expectation', American Journal of Physics 14(1): pp. 1-13.
- Da Silva, R. (2013): 'Alienação Eleitoral: Um Estudo Comparado das Bases Sociais e Atitudinais', Revista Andina de Estudios Políticos 3(1):pp. 109–133.
- Damore, D. F., Waters, M. M. and Bowler, S. (2012): 'Unhappy, Uninformed, or Uninterested? Understanding "None of the Above" Voting', Political Research Quarterly 65(4):pp. 895–907.
- Dos Santos, W. G. (1987), Crise e Castigo: Partidos e Gerais na Política Brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Downs, A. (1957): 'An Economic Theory of Political Action in a Democracy', The Journal of Political Economy, 65(2):pp. 135–150.
- Driscoll, A. and Nelson, M. J. (2014): 'Ignorance or Opposition? Blank and Spoiled Votes in Low-Information, Highly Politicized Environments', Political Research Quarterly, 67(3): pp. 547-561.
- Eberly, L. E. and Casella, G. (2003): 'Estimating Bayesian credible intervals', Journal of statistical planning and inference 112(1):pp. 115–132.
- Epstein, E. C. (2001): 'Apatia e Alheamento Político numa Sociedade Paralisada: Os Limites da Nova Democracia Chilena', Opinião Pública 7(1):pp. 16–32.

- Everson, D. H. (1981): 'The Effects of Initiatives on Voter Turnout: A Comparative State Analysis', *Political Research Quarterly* 34(3):pp. 415–425.
- Figueiredo, A. C. and Limongi, F. (1999): *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Fleischer, D. (2002): 'As Eleições Municipais no Brasil: Uma Análise Comparativa (1982-2000)', *Opinião Pública* 8(1):pp. 80–105.
- Greenberg, E. (2012): *Introduction to Bayesian econometrics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hagopian, F. (2005): 'Chile and Brazil', in Diamond, L. and Morlino, L. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. pp. 123-162
- Hill, L. and Young, S. (2007): 'Protest or Error? Informal Voting and Compulsory Voting', *Australian Journal of Political Science* 42(3):pp. 515–521.
- Jackman, S. (2001): 'Compulsory Voting', *International Encyclopedia of the Social and Behavioral sciences*: 16314–18. Montreal: IPSA.
- Jackman, S. (2009): *Bayesian analysis for the social sciences*. Sussex: Wiley.
- Kinzo, M. D. (2006): *Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20(7): pp. 65-81.
- Koop, G., Poirier, D. J. and Tobias, J. L. (2007): *Bayesian econometric methods*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kruschke, J. (2010): *Doing Bayesian Data Analysis: A Tutorial Introduction with R*. London: Academic Press/Elsevier.
- Lamounier, B. (2005): *Da Independência a Lula: Dois séculos de Política Brasileira*. São Paulo: Augurium.
- Limongi, F. and Figueiredo, A. (1998): 'Institutional Foundations of Coalition Presidentialism', *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (44):pp. 81–106.
- Luna, F. V. and Klein, H. S. (2014): *The Economic and Social History of Brazil since 1889*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Martin, A., Quinn, K., Park J. H. (2011): 'MCMCpack: Markov Chain Monte Carlo in R'. *Journal of Statistical Software* 42(9): pp. 1-21.
- McAllister, I. and Makkai, T. (1993): 'Institutions, Society or Protest? Explaining Invalid Votes in Australian Elections', *Electoral Studies* 12(1):pp. 23–40.
- Moisés, J. A. (1990): 'Elecciones, Participación y Cultura Política: Cambios y Continuidades', *Reis* 50:pp. 61–109.
- Moisés, J. Á. (2005): 'A Desconfiança nas Instituições Democráticas', *Opinião Pública* 11(1):pp. 33–63.
- Moisés, J. Á. (2010), 'Desafios da Maioridade das Eleições Democráticas', URL: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Moises.pdf> Access: 18th February 2015.
- Moisés, J. Á. (ed.) (2011): 'O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão'. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- Nicolau, J. (2004): 'A Participação Eleitoral: Evidências sobre o Caso Brasileiro', in 'Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais', Vol. 7. Coimbra. Accessible at: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf> (18 February 2015).
- Nicolau, J. M. (2002): *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Power, T. J. (2009): 'Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986–2006', *Journal of Politics in Latin America* 1(1):pp. 97–122.
- Power, T. J. and Garand, J. C. (2007): 'Determinants of Invalid Voting in Latin America', *Electoral Studies* 26(2):pp. 432–444.
- Power, T. J. and Roberts, J. T. (1995): 'Compulsory Voting, Invalid Ballots, and Abstention in Brazil', *Political Research Quarterly* 48(4):pp. 795–826.
- R Core Team (2014): *R: A Language and Environment for Statistical Computing*, R Foundation for Statistical Computing. Vienna. Accessible at: <http://www.R-project.org/> (18 February 2015).
- Reid, M. (2014): *Brazil: The Troubled Rise of a Global Power*. New Haven: Yale University Press.
- Robert, C. P. and Casella, G. (2004): *Monte Carlo statistical methods*. New York: Springer.

- Savage, L. J. (1954): *The foundations of statistical inference*. London: Methuen.
- Skidmore, T. E. (1988): *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85*. Oxford: Oxford University Press.
- Tribunal Superior Eleitoral (2013): 'Urna Eletrônica'. Accessible at: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/biometria-e-urna-eletronica/urna-eletronica> (18 February 2015).
- Uggla, F. (2008): 'Incompetence, Alienation, or Calculation? Explaining Levels of Invalid Ballots and Extra-Parliamentary Votes', *Comparative Political Studies* 41(8):pp. 1141–1164.
- Zulfikarpasic, A. (2001). 'Le vote blanc: abstention civique ou expression politique?' *Presses de Sciences Po.*, Vol. 51, No. 1, pp. 247-268.

What are the implications of locating the origins of universal equality and liberty within the 18th Century Western revolutions?

Ioana Cerasella Chis

Ioana Cerasella Chis, is an MA student in Social Political Theory at the University of Birmingham, having previously studied Political Science and Sociology at the same institution. Ioana wrote her undergraduate dissertation on the aporia of human rights, focusing on a radical reconceptualization of the right to asylum, based on a politics of equality and ethics of hospitality. She has activated in the public and third sectors, and in the future she would like to undertake social research either within academia or the non-governmental sector. Her interests include critical theory, the sociology of technology and knowledge production, and the relationship between theory and praxis. Email: icc108@bham.ac.uk.

Abstract

This paper engages with notions of racial slavery, equality, liberty and universality, to illustrate the complexity, dynamics and inter-dependencies of processes and events of the 18th Century. Without an engagement with the context, experiences and contributions of the Haitian Revolution to the creation and legacy of freedom, equality and universality, the history of these political ideals is incomplete. Indeed, the political struggle of revolutionary enslaved men and women not only abolished slavery and established the independence of Saint Domingue as Haiti, but it also substituted the particularistic and colonial 'universality' invoked by the French revolutionaries with a new, open ontology of the 'human' who no longer could be regarded as property. Hence, the historian of political thought ought to reconfigure dominant narratives, to think differently outside of hierarchy, and to acknowledge the revolutionary events which contributed to the creation of possibilities for new futures, directions and politics.

Keywords: Age of Revolution, Haitian Revolution, French Revolution, universality, colonialism, historical amnesia.

Introduction

This paper engages with notions of racial slavery, equality, liberty and universality, to illustrate the complexity, dynamics and inter-dependencies of processes and events of the 18th Century. It will be argued that without an engagement with the context, experiences and contributions of the Haitian Revolution to the creation and legacy of freedom, equality and universality, the history of these political ideals is incomplete. Indeed, through the process of selective argumentation and erasure of historical moments, the discipline of History of Political Thought has created a Western-centric epistemological authority over historical interpretations and memory, leading to an organisation of amnesia surrounding the legacy of the Haitian Revolution as part of the Age of Revolutions. To highlight the underpinning causes of the status quo, the paper discusses the Enlightenment as a colonial project inherited from colonial modernity, which seeks to merely manage, recognise and redistribute identities and resources among white Europeans and Americans, leaving *racial* slavery unchallenged; the French Revolution is part of this rearrangement. I call for a reconceptualisation of the 18th Century Revolutions, contending that the unforeseen and unique Revolution in the French colony of Saint Domingue opened new possibilities for articulating, verifying and creating new forms of liberty, equality and universality. The political struggle of revolutionary enslaved men and women not only abolished slavery and established the independence of Saint Domingue under the name of Haiti, but it also substituted the particularistic and colonial ‘universality’ invoked by the French revolutionaries with a new, open ontology of the ‘human’ who no longer could be regarded as property. Ending on a prescriptive note, I suggest that the historian of political thought ought to reconfigure dominant narratives (Bhambra 2007:15), to think difference outside of hierarchy (Dubois 2006:6), and to acknowledge the revolutionary events which contributed to the creation of possibilities for new futures, directions and politics.

Methodological positioning

Since its beginnings, the academic field of political theory has created a ‘centre-periphery’ model (Bandau 2013:2) which situates the Caribbean and the Americas in a subaltern position in relation to the West. For instance, the political uprisings in Saint Domingue (later to claim its independence as Haiti in 1804) have been portrayed in the writings of the Western history of political thought as a ‘horror’ (Fischer 2004:ix), an insurgent resistance (McMichael and Morarji 2010:234), not as a revolution. This approach illustrates the specificity of the ideas which are deemed ‘universal’ and the need to shed

light on the contextuality of epistemologies and political events of the 18th Century. It is contexts and interpretation that the Cambridge School of Intellectual History focuses on. To show how discourses shape history, they took a formalist 'linguistic turn', adopting a 'radical contextualism' (deemed as a 'bugaboo for philosophers' by Jay (2011:558)), as a critical response to perennialism⁴⁰. They seek to identify the audience for whom a political text was written; the language contexts within which certain terms were used, and the less known writings of the time. Indeed, ideas are developed and understood in contexts, but the context of the abstract colonial universalism of the French Revolution neglects its prejudices and legacy, creating 'outsiders'. A critique of the constructed context which places the French Revolution in the centre and the Haitian Revolution on the periphery (as a non-revolution) is needed. However, within the frames of the Cambridge School, the coexistence of racial slavery with colonial claims to equality and liberty, and the role of colonialism in shaping consciousness and the material organisation of society, cannot be adequately analysed.

I contend that merely identifying the audience of texts says little about how writings might have influenced, been used, transformed or resisted by 'unintended audiences' - those whom the authors thought would not have the *capacity* and moral qualities to understand the complexity of the ideas in the written works. For instance, the views of these authors do not necessarily reflect the popular spirit of their time. In contexts such as the Haitian Revolution, ignoring the role of praxis and oral history would undermine the political issues which revolutionaries were engaging with, both theoretically and practically (Dubois 2006). In late 18th Century, the print archive in Haiti was small, and the main pamphlets were written in French, leading preliterate Creole speakers to rely on literate French readers' translation. Privileging writing over orality would overlook the relative effect of particular texts on mobilising action (Geggus 2007:304).

Skinner argues that 'to demand from the history of thought a solution to our own immediate problems is... to commit not merely a methodological fallacy, but something like a moral error' (2002:89). However, even the staunchest linguist and historian cannot escape their own ideology, subjectivity and intention – contextualisations are never neutral (Jay 2011:560). When looking through privileged lenses to a glorified past which cherishes certain moments and emotions whilst silencing others, the historian of ideas may merely justify the assumptions which had already been made beforehand by other scholars located in the same tradition. It is precisely the stated and unstated assumptions of the French

⁴⁰ 'perennial problems' or 'recurring questions' within political thought raised re-posed since Plato (Ball 2011:49).

intellectuals and revolutionaries as superior to the enslaved, and their material development based on the exploitation of the colonised that have been reproduced by Western scholars of political thought. With time, claims to ‘truth’ have been made and legitimised – a truth equated with the European experience, bias and historical ignorance of the relationships with colonies, constructed nations and non-citizens. To assume, as the Cambridge School does, that there can be a ‘correct’ reading of history implies naïve psychologism and mistrust in the capacity to reason of the subjects studied (Jay 2011:560). Instead, silences and gaps must be sought, accounted for, and addressed (Festa and Carey 2009:17).

Indeed, ‘despite its ostensibly inclusive tone, “context” has unfortunately become a buzzword for intellectual conservatism and ethnocentricity in the history of political thought’ (Goto-Jones 2008:3). Whilst I do not argue for presentism (interpreting historical events solely through the ethical/cultural lenses of present times), meanings need be open to reinterpretation, whilst acknowledging contingencies. Traditions of ideas ought to always be under revision, as they impact the understanding of history. The view of the past has traction to the understanding of the present. However, due to the Cambridge School’s belief that the past can be separated from the present, their version of historical contextualisation is closed, unable to be scrutinised and deterministic, as it reifies ‘context’ through their emphasis on the heterogeneity of time.

According to Rancière, examining a method means ‘examining how idealities are materially produced’ (2009:114) – I follow this approach to engage with the context, theory and praxis of the Haitian Revolution. In short, this paper is an intervention to the history of political thought of the 18th Century Revolutions and Enlightenment, as they both provide a mere ‘theory of emancipation that serves the cause of domination’ (Rancière 2009:116). Distinctively, the Haitian Revolution marked a point of interruption and departure from its former relationship with France, and from Haiti’s colonialized, hierarchical order. Through affirming and verifying equality they exercised liberty, establishing the grounds for an open, decolonised universality, one which opposed the totalising universality upheld by the French revolutionaries. Thus, when discussing such events, a reflexive, open and corrigible method of analysis needs to be undertaken by the historian of political thought. Rather than it being a recipe for finding ‘the truth’ of history, a method is a ‘path’ with unexpected intersections between connected histories, contexts, theory and praxis.

The Atlantic-centred epistemology of the Enlightenment and Age of Revolution

In narrating the events of the 18th Century, the history of struggles appears monologic and monocultural, filtered through hegemonic lenses, projecting entitlement and superiority of white Europeans and Americans over those whom they had ‘othered’. One of the approaches which counteract homogenised historiography is ‘cosmopolitanism’ – a pledge for dialogue between different cultures, as knowledge is ‘local’ and equally valid (Jenco 2011:6). However, this approach is relativistic and essentialist, as it rests upon geographical, temporal and political constructs already established by the colonial West, and it does not recognise the complexity of interactions between people, regardless of their nationality and location. There is a risk that ‘even the voices critical to Europe subscribe to a form of Eurocentrism’ (Bhabra 2007:146) due to their focus on Europe as a starting point when discussing the Enlightenment and Age of Revolution. Instead of creating new knowledge, this form of reasoning leads to a mere accumulation and co-option of critique within the dominant discourse and frames of reference of the historically privileged Western epistemology, enhancing ‘the theories that we then establish on the basis of this knowledge’ (Bhabra 2007:149). Similarly, the pluralists proposing ‘multiple Enlightenments’ have fallen into the trap of supporting parochialism due to their reliance on European origins and contexts (Festa and Carey 2009:4).

We understand the present through the past and through the possibilities opened by events. By neglecting the political organisation and agency of the Haitian revolutionaries, downplaying and erasing their story from the collective memory of political thought, the Western narrative has perpetuated violence upon global history in general, and the history of the enslaved people of Haiti in particular. There is a need to reveal the ‘memory wars’ based on a consensus of silence in France (Miller 2008:386) whose legacy is an organised amnesia around the historical signification of the actualisation of freedom in 18th Century Haiti.

As Bhabra puts it, following Fanon, a focus on *beginnings* instead of ‘origins’ allows us to conceptualise the web of relations between histories, and the interconnections between events and deviations (2007:122). Likewise, by looking at the *routes* of events which led to the conception of equality and liberty, instead of their ‘roots’ (terms borrowed from Gilroy’s *The Black Atlantic* 1993), we can regard events as processes, leaving open the possibility of restructuring and reconceptualising the knowledge of the past. This gesture allows one to reject historicism and discuss how ideas of the present are

conjectural and always open to reworking and change from below. Events do not happen in isolation: the precondition and co-existence of colonialism with the revolutionary uprisings in France and Haiti, and the development of the two Revolutions were all part of an assemblage of events which affected and were affected by one another.

This paper seeks to change the usual frames of reference, to deviate from the unidirectional understanding of the Enlightenment and the Age of Revolution as singular and obvious projects which have 'progress' and 'democratisation' at their core. A destabilisation of the colonial gaze within historiography is pleaded for here because the Haitian Revolution is indeed 'an integral part of the history of Western civilisation' (Fick 1990:1). In the lead up to the revolution, the enslaved people of Saint Domingue 'were to make history which would alter the fate of millions of men and shift the economic currents of three continents' (James 1989:25). The relationship between the French and Haitian Revolutions offers a paradigmatic case study.

The deeply limiting discourse on the Age of Revolution

The Age of Revolution of the 18th Century has become a frequent term used by scholars who adhere to the European or North American perspectives (Petrushka 2007:113). In *The Legacy of the French Revolution*, Mansfield starts with the assertion that the 'British, American and French Revolutions are great modern events, constituting three beginnings for democratic peoples', and their origins can be found in the ideas of modern philosophers (1996:19;22). In trying to find the origins of the 'Modern Revolution', Ceaser is only preoccupied with the French and American revolutions: 'the American Revolution may be the corporeal reality of modern democratic society, but the French Revolution is its conscience' (1996:92). Israel acknowledges some underlying differences between multiple 'Enlightenments', but they ultimately form a 'singular European Enlightenment' (2001:140). Western revolutions are portrayed as belonging to a unified project of (white) revolutionaries fighting for radically new ideals, without looking beyond the Western-centrism of these ideas. Moreover, the principle of universality is not acknowledged as being contradicted by the co-existence of the Enlightenment with colonialism. In effect, 'if equality were accepted, slavery was doomed' (James 2001:x).

Berlin asserts that the French Revolution 'did not bring the desired result', assuming that the premise of the revolution was a radical break with the past (1988:97). He rightly recognises that 'the sum of human misery had not been appreciably decreased, although its burden had to some degree been shifted from one set of shoulders to another'

(1988:97). However, Berlin's conceptions of freedom (positive – the possibility to act, and negative – the absence of constraints) were conceived in a particularistic way, applicable to the context of the West, namely the relationship of the individual to political community and political authority (Bogues 2013:211). Not only was the French Revolution bourgeois (as argued by Marxists), it was also a colonialist revolution.

The concomitant construction of the non-Western people as an 'exotic' population (Rousseau and Porter 1990:4) waiting to be liberated by Europeans through the extension of the latter's truth (Festa and Carey 2009:2) pathologises and constructs non-Europeans as passive and irrational. The Enlightenment thinkers' views embedded with racism were overtly present in their works. Voltaire claimed that black people in Africa were 'not men' but 'descendants of monkeys'; Montesquieu acerbically noted they could 'scarcely be pitied', and God could not place a 'good soul, in such a black ugly body'; according to Hume, they were 'naturally inferior to the whites'; Hegel said 'the Negro' is in a 'completely wild and untamed state'; finally, Kant thought they 'have received from nature no intelligence that rises above the foolish' (cited by Hira 2014:31-2). The Enlightenment thinkers upheld white supremacist interests in maintaining the colonial system and creating an idealised, narcissistic *white epistemology* based on hierarchical racialisation; racialised slavery was banalised, decried through ironic remarks (Miller 2008:68), the colonised subject being regarded as the absolute evil (Fanon 1961:6).

The term 'slavery' was appropriated by Enlightenment thinkers and revolutionaries; in their discourses, its meaning was metaphorical, but also limited to the experiences of the white population in their fight against European forms of state absolutism (Buck-Morss 2000:821). In these circles, acknowledgement of the black experience was absent, as nothing beyond white slavery was accepted as ontologically real or possible. The actuality of *racial* slavery was ignored (Bogues 2013:210) and subsequently, further perpetuated. Even the group with the most radical demands for the non-whites, that is, *Société des amis des Noirs* (formed in 1788), only argued for the recognition of rights of the free men of colour, without even questioning the institution of racial slavery in debates (Bandau 2013:6). Their silence allowed oxymoronic notions of equality and liberty to be used by the colonisers. It is easy to see, then, that

the history he [the colonialist] writes is therefore not the history of the country he is despoiling, but the history of his own nation's looting, raping, and starving to death. (Fanon 1961:15).

Equality, liberty, and the supplementarity of colonialism

When reflecting on the political events of the 18th Century France, the relationship with its colonies cannot be overstated; not acknowledging it perpetuates the *erasure* of memory and dismissal of its significance (Sepinwall 2013:1). As throughout history the Haitian Revolution has not been acknowledged as such even as it happened, the focus of the paper now shifts to considering Trouillot's question: 'how does one write a history of the impossible?' (1995:73) and his suggestion for the necessity of breaking the 'iron bonds of the philosophical milieu in which it [the Haitian Revolution] was born' (1995:74). In doing so, the supplementarity of colonialism with the French Revolution will be addressed, as well as its historical contingency and continuity with the Old Regime, despite discontinuities. The difference brought by Haiti's context rests in its demands: the uprisings were a revolution which unsettled the racialised order of society.

The French Revolution was organised by the middle classes discontent with the power of the king over their livelihoods, succeeding in declaring and extending their Old Regime 'privilege' as 'revolutionary right' (i.e. to own property) (Kley 1994:16; Bien 1994:70). As the scope of the French Revolution was to shift political control from the emperor to the state, it led to a mere rearrangement and re-managing of identities without radically changing the fundamental principles around which their society was organised. Racial slavery was portrayed by officials in the colony as 'privilege' for the enslaved (James 1989:14), without anticipating that in 1791, 100,000 Haitian revolutionary men and women would challenge the Declaration's statements through a revolutionary upheaval (Geggus 1981:219). Indeed, slavery was integral to the functioning of commercial society (Bhambra 2007:41) which the whole French society benefitted from. For over 75 years up until the French Revolution, the French commerce quadrupled, whilst 600,000 black people were imported to colonies (Du Bois 1961:137). Thus, colonialism was, contrary to Todorov's claim, driven by more than 'straightforward national interests' (2006:31). The economy of slavery supplemented and was constituent of French prosperity and identity, providing the white French with leisure time and luxurious lifestyle (Miller 2008:57) which led to new expectations for liberty and equality among themselves, whilst maintaining slavery as the source of wealth accumulation and racial supremacy (Du Bois 1961:139).

By claiming in the Declaration of the Rights of Man and the Citizen (henceforth 'Declaration') that '[T]he principle of all sovereignty resides essentially in the nation' (Declaration 1789), whilst the nation itself was exclusionary and only permitted the right to political representation and action to the privileged white, the state was formed

upon a racist bias. A significant contradiction was prevailing in the consciousness, laws and memory of France: while trying to define 'man', the revolutionaries (largely aristocrats) did not recognise the enslaved plantation labourers as human. The 'man' of the Rights of Man was an abstraction due to 'rights' being, in actuality, based upon the identity of the 'citizen' which emerges from the existence of the state and the state's recognition of these rights and identity (Rancière 2004:298). The inventions of 'the human' and 'the citizen' were used to add a layer of inequality among hierarchically racialised populations.

Just as 'slavery' had been appropriated by the French Enlightenment thinkers to reflect only the European experience, the Declaration was used by the French slave labour camp owners for their own interests. Three points are to be noted. Firstly, when the Declaration was adopted, the colonists owning slave labour camps argued against abolitionists to preserve their 'right' to own and exploit plantation labourers, highlighting the former's contributions to the French economy. Secondly, the free men of colour who were legally free in France, owning plantations in Saint Domingue, were denied equal rights to the white French on racial grounds (James 2001:54-5) in 1791. Their requests for equal rights were made on the basis of their wealth and power in the colony. Only after the start of the black Revolution in Haiti (which changed the debate) did they receive civil rights (Popkin 2009:10). Thirdly, in a public debate, white French colonists asserted their 'right' to be part of the National Assembly as representatives of the colonies. Suffice to say, the interests of slave labour camp owners and the Assembly converged in regarding the enslaved as 'property', not human, with no ontological basis for holding rights. Rhetoric was used to emphasise this argument:

either they are men or they are not; if the colonists consider them men, let them free them and make them eligible for seats; if the contrary is the case, have we, in apportioning deputies according to the population of France, taken into consideration the number of our horses and mules? (Dubois 2005:75).

Cugoano (a Ghanaian abolitionist) saw the fundamental natural right as the right 'of the individual to be free and equal, not in relationship to government but in relationship to other human beings' (Bogues 2005:45). His reference to 'other human beings' (all considered equal) and not to colonial institutions ('government') in establishing these political ideals reveals the law and the state as colonial and mythical constructs, used to suppress the colonised and to justify their exclusion from the presumed 'universal' equality. Indeed, the Haitians were *included* in the French revolutionary project, but their inclusion was under the form of exploitation upon which the West would flourish. Despite their

negative ‘inclusion’, they did not *belong* to the community of equals in France (Baiocchi and Connor 2013).

Equality, liberty and universality in Haiti

The Haitian Revolution is one of the greatest revolutions of the past two centuries (Fick 1990:1), called by the French colonists ‘the triumph of savage anarchy’ (Geggus 1981:227). Indeed, ‘had the monarchists been white, the bourgeoisie brown, and the masses of France black, the French Revolution would have gone down in history as a race war’ (James 2001:128) – this distortion of history and reproduction of colonial thinking need overcoming. The Haitian revolutionaries considered themselves radically equal to the French, beyond the mere ‘civil equality’ based on the social institution of the state. To proclaim their freedom and equality, they exercised the praxis of equality through affirmative political action by disrupting the colonial control.

Based on the idea that the enslaved people were passive, obedient and irrational, the French colonists could not envisage an enslaved people’s revolt, as the latter were seen incapable to self-organise. In the words of Rousseau, ‘slaves lose everything in their bonds, even the desire to escape from them’ (1998/1762:7). A French colonist declared before the Haitian Revolution that ‘the Negroes are very obedient and always will be [...] freedom for Negroes is a chimera’, and ‘a revolt among them is impossible’. Only an uprising ‘fomented by the whites themselves’ could allow black Haitians organise against oppression (cited by Trouillot 1995:72-3) - ontological statement which did not conceive of power as existent within the enslaved. In short, the abolition of slavery was ‘unthinkable’ in the Western framework (1995:82).

Due to the circulation of news and opinions across populations, Haitians were familiar with the French claims to equality, fraternity, liberty and universality, and decided to use the Declaration as a revolutionary tool for actualising these ideals. Through their own material conditions and needs, they created a new struggle and a philosophy of praxis (Nesbitt 2008b:55) which signified more than the reformist attempts of the liberal French to reorganise society. Haitians’ ‘agricultural egalitarianism’ was afferent to their African origins and ‘the desire to define their lives through their relationship to the land than to French bourgeois revolutionary notions of liberty and equality’ (Fick 1990:250). Additionally, the radical equality advocated by them required a disruption of France’s dependency on the colonies, at a time when Saint Domingue was the most profitable (and desired) colony in the world. Only between 1783 and 1789 the colony doubled its

production (Du Bois 1961:138), its 28,000 free men of colour and 465,000 Black plantation labourers producing ‘more sugar than all the other West Indian islands’ (Singham 1994:129).

As discussed earlier, the distinction ‘white’/‘black’ employed by white Enlightenment figures created a hierarchy of abilities and worth, the former being constructed as more human and superior to the latter. In Haiti, the two terms continued to be used, but in a distinctively different way: white was ‘the vernacular term for any foreigners, even if they were Jamaicans or Brazilians of dark complexion’ (Blackburn 2006:648). A ‘black epistemology’ emerged with the Haitian Revolution, which *opposed* former epistemological binaries based on discriminatory divisions along racialised lines. Their revolutionary approach allowed for an open ontology and liberty to emerge due to their opposition to essentialised identities and to the reduction of humans to property. The Black Haitians destroyed the reified category of agency-less ‘slave’ by ending the forced *enslavement* which they had been subject to; their use of the term ‘black’ was as a political, non-essentialised identity which helped form an anti-colonial consciousness.

The Haitians are the authors of the most revolutionary acts of disobedience which brought into existence a reconsideration of who ‘the human’ is in the ‘human rights’ discourse of the 18th Century. The equality of rights enforced by the Haitians demonstrated that the Rights of Man ‘were indeed universal’ (Dubois 2005:3), counteracting the view that French Revolution ‘was a radical break, a stasis and a change of regime together’ (Mansfield 1996:34). Whilst aware of the ideals of the French and American Revolutions, the Haitian revolutionaries transformed them (Nesbitt 2008b:2-3), adding their context which combined ‘both human rights with anti-racism’ (Kaisary 2012:198). In doing so, they offered a unique and radical contribution to the political events and successes of the century, both radicalising and demolishing ‘the epistemology that dominated the Age of Enlightenment’ (Nesbitt 2008a:28), creating a new socio-political understanding of society. The limits of the structured and exclusionary ‘universalist’ promises of the French Revolution and their failure to implement universalism had remarkably been highlighted for the first time. Indeed, as Badiou argues, true universality is that which escapes structuring and which allows for new, unforeseeable events to be created by *anyone*. It is this type of open universality which the Haitian Revolution demonstrated through breaking open the sphere of belonging (van den Hemel 2008:23).

The particular singularity of the Haitian Revolution radicalised and universalised the meaning of equality and liberty. Indeed, ‘singularization is the actual, unpredictable

instantiation of the infinite possible modes of Being' (Nesbitt 2008b:107). A 'self-moving singularisation', it cannot only be conceived in terms of its differences from the other revolutions, but rather in 'its singularity and its commonality with other revolutionary moments in the Age of Enlightenment' (Nesbitt 2008b:24). It can be said that the Haitian Revolution was a dual revolution: the fight was carried for the abolition of racial slavery, and for the establishment of an independent republic (Bogues 2013:218). The overthrow of racial slavery was condemned by European historians as 'extra-legal' acts of violence (Ghachem 2012:212-3), but it is precisely the extra-(colonial) legality and ingenuity in thinking and praxis which led to an *egalitarian* revolution.

The Haitian Constitution of 1801 drafted by Toussaint Louverture abolished slavery in an explicit manner: 'here cannot exist slaves on this territory, servitude is therein forever abolished'. All former enslaved men and women were defined as French, which implied that all Haitians were equal to the white French *and* had the same rights as the French citizens in France: 'all men, regardless of color, are eligible to all employment' because 'here, all men are born, live, and die, free and French' (cited by Semley 2013:65). The French Declaration did not ban slavery or offer emancipation; instead, formal emancipation in France (in 1794) became implemented *after* the upheaval in Haiti. A year later, however, the French constitution restricted the status of citizenship and voting rights from the colonies (Semley 2013:72-3), ensuring that only property owners could be citizens.

In 1805, Dessalines promulgated in the Haitian Constitution a new way of thinking about the category of 'black' – not in racialised, but in political terms, serving for a particular worldview: 'the Haitians shall henceforward be known only by the generic appellation of Blacks'. At the same time, the Constitution, by going beyond traditional colonial legacies, created the most inclusive political statement on general human equality in that period (Bogues 2013:224). By declaring slavery as 'forever abolished' on Haitian land, it destabilised the racialised thinking imposed by the West. Freedom, in the French sense, was tied to political liberty, whereas freedom for the Haitians meant liberty in actuality, through praxis. They succeeded in developing this new conception of freedom by making a distinction between liberty and independence – their freedom allowed Haitians to create a sovereign state (Bogues 2013:227-8). Thus, the Revolution succeeded in universalising (not merely extending) equality and liberty, but also creating a new space of possibility for further struggles to emerge. It was a site of knowledge and theory production which led to a society in which people were no longer property (Bogues 2013:230).

The Haitian Revolution inspired other enslaved people to assert their liberty. With the outbreak of war in February 1793, Jamaica had to face once again the question of direct aid to Saint Domingue. The colonists in Jamaica aided the Spanish forces which were invading Saint Domingue (Geggus 1981:231). So, solidarity among the white colonists in Jamaica and those in Saint Domingue prevailed, due to their common interest to control the two colonies. Concomitantly, the Revolution inspired Black Jamaicans to take action (Cormack 2011:156), leaving a deep trace in Santo Domingo as well (later to become Cuba) (Fischer 2004:131).

Conclusion

Revolutionary emblems are not ‘givens of history’ (Ghachem 2012:212) – they are open to interpretation and often shaped by dominant epistemologies, which in the case of the 18th Century ‘Age of Revolution’, is an undeniably Atlantic-centred, and more specifically, white-centred. The event of the Haitian Revolution cannot be reduced to the European and American contexts of the period precisely because it was a new, radical act which made possible, through the very assertion of equality, liberty and universality, for possibility of their existence. In line with Jay’s argument, the Haitian Revolution can be understood from a contextual viewpoint only as ‘im-possible’ because it is ‘not merely the realisation of the prior possibilities that already exist in the world’ (2011:566). The political theorist and historian of political thought must endeavour to be self-reflexive and focus on the relationship of the present to the past, to discover silences, gaps and processes, identities and events which had not been given recognition due to historical biases.

The question emerges: ‘to what extent is state power the same thing as political power?’ (Rancière 2009:118). In this paper I indicated the qualitative difference between the French and Haitian Revolutions: the former represented a mere reorganisation of society, whereas the latter, by breaking out of these impositions, created a new black, egalitarian epistemology and established a universalist legacy. As the essence of politics is the ‘power of the people’, democracy is enacted by those who are considered not to have the quality to exert power: in this case it is the colonised subjects whom, the colonists thought, were not to be capable to organise a revolution (Rancière 2009:118-9). The Haitian Revolution was not only the most democratic event of the 18th Century, but it also opened spaces for contesting, affirming and making equality and liberty possible.

Discussing the 18th Century Revolutions is highly relevant to understanding not only the past, but also the present, with the caveat of not fetishising contexts and temporal categories (the 18th Century), so as not to fall into the trap of compartmentalising history (as the Cambridge School does). The exploitation of Haiti by France and the West in general did not stop after the former’s independence: in 1825 France adopted a new strategy for control. Threatened with ever-more destruction and invasion by France, Haiti was forced to accept an extortionate amount of ‘independence debt’ to ‘compensate’ the colonisers for the ‘loss’ of property and profit, the equivalent of \$21bn being paid until 1947 (O’Nions 2010). By 1900, 80 per cent of Haiti’s national budget was being spent on loan repayments (Gillam 2010). To generate revenue, the former colony had no choice but

to privatise public services (i.e. only 10 per cent of education is provided by the state), capitalise on natural resources and borrow from Western banks (used by the West as neo-colonial tools for exploitation). Since the 1990s, the neoliberal structural adjustment policies of the World Bank and the International Monetary Fund have affected the country, destroying the Haitian food industry and increasing dependency upon imports and loans (Kim 2010).

We can now see the ongoing under-development by the West of Haiti, 'currently the poorest country in the Western Hemisphere' (Central Intelligence Agency 2014). Demanding France to return the debt paid by Haiti is only a first step in towards a notion of justice, and it is much needed. Biases, erasures, and solidarity amongst old colonisers in new ways (under the system of capitalism, the industry of war and so on) are at stake in contemporary policies and narratives of the past and present. Thus, by focusing on the relationship of the past to the present, to silences, processes, routes and beginnings, as opposed to a unified, Eurocentric historiography, roots and origins, we can see how the histories of the French and Haitian events during the 18th Century were connected. Colonialism and neo-colonialism still pre-condition the social, economic and political organisation of contemporary world and the consciousness of its people. Contrary to Skinner's assertions, the role of the historian of political thought is normative, because knowledge is always political and situated. Their prescriptive task is to highlight biases and the hegemonic depiction of history, avoiding and resisting the privileging, justification and reinforcement of colonial consciousness and its wrongdoings. Following Blackburn who stated that 'to ignore Haiti was to diminish all the other revolutions' (2006:644), I maintain that by acknowledging the radical legacy of the Haitian Revolution and its relationship with all other political events of the time (see decolonialism and postcolonialism), the history of all other revolutions would be open to discussion, disagreement and corrigibility, leading to the growth of less biased knowledge.

References

- Baiocchi, G. and Connor, B., T. (2013) 'Politics as Interruption: Rancière's Community of Equals and Governmentality' in *Thesis Eleven*, vol. 117, no. 1, pp. 89-100.
- Ball, T. (2011) 'The Value of the History of Political Philosophy' in Klosko, G. (ed.) *The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 47-59.
- Bandau, A. (2013) 'The Narrations of the Destruction of Saint-Domingue in the Late 18th Century and their Reinterpretations after the Bicentennial of the Haitian Revolution' in *L'ordinaire des Amériques*, no. 215, pp. 1-15. Available at: <http://orda.revues.org/688> [Accessed 28.11.2014].
- Berlin, I. (1988) 'Joseph de Maistre and the Origins of Fascism' in *The Crooked Timber of Humanity: Chapters on the History of Ideas*. Princeton: Princeton University Press, pp. 91-174.
- Bhambra, G., K. (2007) *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Bien, D., D. (1994) 'Old Regime Origins of Democratic Liberty' in Kley, D., V. (ed.) *The French Idea of Freedom: The Old Regime and the Declaration of Rights of 1789*. Stanford: Stanford University Press, pp. 23-71.
- Blackburn, R. (2006) 'Haiti, Slavery, and the Age of the Democratic Revolution' in *The William and Mary Quarterly, Third Series*, vol. 63, no. 4, pp. 643-74.
- Du Bois, W., E., B. (1961) 'Africa and the French Revolution' in *Freedomways*, no. 1, pp. 136-51.
- Bogues, A. (2005) 'The Political Thought of Quobna Cugoano: Radicalized Natural Liberty' in *Black Heretics, Black Prophets: Radical Political Intellectuals*. New York: Routledge.
- _____ (2013) 'The Dual Haitian Revolution and the Making of Freedom in Modernity' in Barreto, J.-M. (ed.) *Human Rights from a Third World Perspective: Critique, History and International Law*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 208-36.
- Buck-Morss, S. (2000) 'Hegel and Haiti' in *Critical Inquiry*, vol. 26, no. 4, pp. 821-5.

- Ceaser, J. (1996) 'The Two Revolutions' in Hancock, R., C. and Lambert, L., G. *The Legacy of the French Revolution*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 81-107.
- Central Intelligence Agency (2014) 'Haiti' on *The CIA* website, 22nd June. Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html> [Accessed 10.01.2014].
- Constitution of 1801 (1801) 'Constitution of 1801' on *Touissant Louverture Historical Society* website. Available at: <http://toussaintlouverturehs.org/PDF/const.pdf> [Accessed 16.11.2014].
- Cormack, W., S. (2011) 'Revolution and Free-Colored Equality in the Îles du Vent (Lesser Antilles), 1789 – 1794', in *Proceedings of the Western Society for French History*, vol. 39, pp. 155-65.
- Declaration (1789) 'Declaration of the Rights of Man – 1789' on *Yale Law School* website. Available at: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/rightsof.asp [Accessed 16.11.2014].
- Dubois, L. (2005) *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press.
- _____ (2006) 'An Enslaved Enlightenment: Rethinking the Intellectual History of the French Atlantic' in *Social History*, vol. 31, no. 1, pp. 1-14.
- Fanon, F. (1961) *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- Festa, L. and Carey, D. (2009) 'Introduction - Some Answers to the Question: "What is Postcolonial Enlightenment?"' in Carey, D. and Festa, L. (eds.) *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialism and Postcolonial Theory*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-33.
- Fick, C., E. (1990) *The Making of Haiti*. Knoxville: The University of Tennessee Press.
- Fischer (2004) *Modernity Disavowed: Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution*. London: Duke University Press.
- Geggus, D., P. (1981) 'Jamaica and the Saint Domingue Slave Revolt, 1791-93' in *The Americas Journal*, vol. 38, pp. 219-33.

- _____ (2007) 'Print Culture and the Haitian Revolution: The Written and the Spoken Word' in *Proceedings of the American Antiquarian Society*, vol. 116, part 2, pp. 297-314.
- Ghachem, M., W. (2012) *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gillam, S. (2010) 'Why is Haiti So Poor?' on *ActionAid* website, 23rd January. Available at: <http://www.actionaid.org.uk/about-us/voices-blog/2010/01/23/why-is-haiti-so-poor> [Accessed 08.01.2015].
- Gilroy, P. (1993) *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- Goto-Jones, C. (2008) 'The Kyoto School and the History of Political Philosophy: Reconsidering the Methodological Dominance of the Cambridge School' in Goto-Jones (ed.) *Re-politicising the Kyoto School as Philosophy*. Oxon: Routledge, pp. 3-25.
- van den Hemel, E. (2008) 'Included but not Belonging: Badiou and Rancière on Human Rights' in *Krisis*, no. 3, pp. 16-30.
- Hira, S. (2014) *20 Questions and Answers about Reparations for Colonialism*. The Hague: Amrit Publishers.
- Israel, J., I. (2001) *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press.
- James, C., L., R. (1989) *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, second edition. New York: Vintage Books.
- _____ (2001) *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. London: Penguin Books.
- Jay, M. (2011) 'Historical Explanation and the Event: Reflections on the Limits of Contextualisation' in *New Literary History*, vol. 42, no. 1, pp. 57-71.
- Jenco, L., K. (2011) 'Re-centering Political Theory: The Promise of Mobile Locality' in *Cultural Critique*, vol. 79, no. 1, pp. 27-59.
- Kaisary, P. (2012) 'Human Rights and Radical Universalism: Aimé Césaire's and CLR James's Representations of the Haitian Revolution' in *Law and Humanities Journal*, vol. 6, no. 2, pp. 197-216.

- Kim, R. (2010) 'IMF to Haiti: Freeze Public Wages' on *The Nation* website, 15th January. Available at: <http://www.thenation.com/blog/imf-haiti-freeze-public-wages#> [Accessed 08.01.2015].
- Kley, D., V. (1994) 'Introduction' in Kley, D., V. (ed.) *The French Idea of Freedom: The Old Regime and the Declaration of Rights of 1789*. Stanford: Stanford University Press, pp. 5-22.
- Mansfield, H., C. (1996) 'The Unfinished Revolution' in Hancock, R., C. and Lambert, L., G. *The Legacy of the French Revolution*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 19-41.
- McMichael, P. and Morarji, K. (2010) 'Development and its Discontents' in McMichael (ed.) *Contesting Development: Critical Struggles for Social Change*. Oxon: Routledge, pp. 233-242.
- Miller, C., L. (2008) *The French Atlantic Triangle: Literature and Culture of the Slave Trade*. Durham, NC: Duke University Press.
- Nesbitt, N. (2008a) 'Turning the Tide: The Problem of Popular Insurgency in Haitian Revolutionary Historiography' in *Small Axe: A Caribbean Platform of Criticism – Columbia University*, October, pp. 14-31. Available at: <http://smallaxe.net/repository/file/sx%2027/3-SA27%2520Nesbitt%2520%2814-31%29.pdf> [Accessed 21.10.2014].
- _____ (2008b) *Universal Emancipation: The Haitian Revolution and the Radical Enlightenment*. London: University of Virginia Press.
- O'Nions, J. (2010) 'Understanding Haiti' on *Red Pepper* website, January. Available at: <http://www.redpepper.org.uk/Understanding-Haiti/> [Accessed 07.01.2015].
- Petrushka, M., B. (2007). 'Modernity Disavowed: Haiti and the Cultures of Slavery in the Age of Revolution' in *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 18, no. 1, pp. 113-4.
- Popkin, J., D. (2009) 'Review of Florence Gauthier's « L'Aristocratie de l'épiderme. Le combat de la Société des Citoyens de Couleur 1789-1791 »' in *H-France Review*, vol. 9, no. 3, pp. 8-11.
- Rancière, J. (2004) 'Who is the Subject of the Rights of Man?' in *The South Atlantic Quarterly*, vol. 103, no. 2/3, pp. 297-310.

- _____ (2009) 'A Few Remarks on the Method of Jacques Rancière' in *Parallax*, vol. 15, no. 3, pp. 114-23.
- Rousseau, G., S. and Porter, R. (1990) 'Introduction' in Rousseau, G., S. and Porter, R. (eds.) *Exoticism in the Enlightenment*. Manchester: Manchester University Press, pp. 1-22.
- Rousseau, J.-J. (1998/1762) *The Social Contract*. London: Wordsworth Editions.
- Sepinwall, A., G. (2013) 'The Slaves Who Vanquished Napoleon, or the Officers Who Defeated Themselves?' in *H-France Review*, vol. 13, no. 18, pp. 1-8.
- Semley, L., D. (2013) 'To Live and Die, Free and French: Toussaint Louverture's 1801 Constitution and the Original Challenge of Black Citizenship' in *Radical History Review*, vol. 2013, no. 115, pp. 65-90.
- Skinner, Q. (2002) *Visions of Politics: Regarding Method*, volume 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- Singham, S., M. (1994) 'Betwixt Cattle and Men: Jews, Blacks, and Women, and the Declaration of the Rights of Man' in Kley, D., V. (ed.) *The French Idea of Freedom: The Old Regime and the Declaration of Rights of 1789*, pp. 114-153.
- Todorov, T. (2006) *In Defence of the Enlightenment*. London: Atlantic Books.
- Trouillot, M.-R. (1995) *An Unthinkable History: The Haitian Revolution as a Non-Event*. Boston: Beacon Press.

El impacto de la ayuda externa en el crecimiento económico de América Latina

Antonella Bancalari

Antonella Bancalari, 25, from Lima (Peru), is a graduate student from the Master of Public Administration (MPA) 2014/2016 at the London School of Economics and Political Science. In 2012, she received her Bachelor's degree in Economics at the Universidad del Pacifico (Lima, Peru). From 2012 until 2014, she worked as Senior Consultant at Apoyo Consultoria Publica, a public sector branch from a Peruvian renowned consultancy. Her interests include Latin American Development, Public Policy, Poverty and Social Policy Evaluation. Email: a.bancalari@lse.ac.uk.

Adriana Bonifaz

Adriana Bonifaz, 25, from Lima (Peru), is a Business Analyst in Retail Banking at Banco de Crédito del Perú (Lima, Peru). In 2012, she received her Bachelor's degree in Economics at the Universidad del Pacifico (Lima, Peru). From 2012 to 2014, she worked as Junior Analyst in Strategic Consulting and Investment Banking and Senior Analyst in Retail Banking at Banco de Crédito del Perú, the larger Bank in Perú. Her interests include Emerging Economies, Microfinance and Banking Industry. Email: adrianabonifaz@gmail.com.

Resumen

La presente investigación analiza el impacto de los flujos de ayuda externa en el crecimiento económico de los países de América Latina. Para ello, se trabaja un panel data controlado por efectos fijos utilizando data de 19 países de América Latina entre los años 1960 y 2009. Encontramos que entre 1960 y 1979 efectivamente la ayuda externa tuvo un impacto positivo sujeto a adecuadas políticas macroeconómicas e institucionalidad. También encontramos que la ayuda externa tiene un impacto negativo en el crecimiento de los países con menor ingreso de América Latina, lo que implicaría que podría haber dependencia de la ayuda afectando el crecimiento. Finalmente, se encontró que los donantes favorecen la colocación de ayuda externa en países con estabilidad macroeconómica y política. Cabe resaltar que variables como población e importación de armas también resultaron importantes para determinar la estrategia de colocación de la ayuda externa.

Palabras clave: América Latina, ayuda externa, crecimiento, desarrollo, macroeconomía, instituciones.

Abstract

This research paper analyses the impact of foreign aid on the economic growth in Latin America. We address this by estimating a fixed effects model using data from 19 countries between 1960 and 2009. We find a positive impact of foreign aid on GDP per capita growth only for the period between 1960 and 1979 and when conditioned to macroeconomic stability and institutional capacity. We also find a negative impact of foreign aid on economic growth in the countries with lowest income in Latin America, meaning that there could be aid-dependency hampering growth. Further, we find that donors aid allocation favours countries with economic and political stability. It is important to highlight that variables such as population and army import are also important for determining the donors' strategy for aid allocation.

Key words: Latin America, foreign aid, growth, development, macroeconomics, institutions.

Introducción

El rol de la ayuda externa es un tema en debate debido a la aparición de estudios como el de Boone (1995), Burnside y Dollar (2000) y Easterly (2003), cuyos resultados plantean que los flujos de ayuda destinados al desarrollo de los países más pobres tienen insignificante impacto en el crecimiento del PBI per cápita cuando no hay adecuadas políticas económicas y la institucionalidad es pobre.

Las principales agencias de cooperación han aumentado significativamente, en los últimos años, el flujo de donaciones hacia los países más pobres, pero no han generado un marco de políticas institucionalmente adecuadas para canalizarlas.

La ayuda externa en Latinoamérica se ha quintuplicado en los últimos 50 años. En el 2009, el flujo neto de ayuda hacia América Latina fue más de US \$6 mil millones (World Bank, 2010), destinado principalmente al desarrollo de Haití, Nicaragua, Bolivia, Honduras y El Salvador, en términos relativos.

Si bien los países de América Latina han presentado históricamente malas políticas económicas y baja institucionalidad, muchos países como Perú, Chile, Brasil y Colombia han mejorado sus marcos económicos e institucionales en la última década, independizándose de la ayuda externa. Se esperaría que la ayuda externa tenga un mayor impacto, pero se debe considerar que el crecimiento en estos países también representa un desligue de la cooperación internacional.

Bajo estas circunstancias, América Latina resulta ser un caso interesante para analizar el impacto de la ayuda externa en el crecimiento del PBI condicionado por las

políticas económicas y la institucionalidad. Se espera que la ayuda externa tenga un impacto positivo en el crecimiento del PBI per cápita en los países de Latinoamérica cuando existen adecuadas políticas económicas e institucionalidad. Asimismo, se considera que el impacto de la ayuda externa es mayor en países con menor ingreso per cápita. Finalmente se buscará comprobar que existe una mayor colocación de ayuda externa en países con adecuadas políticas económicas e institucionalidad.

El valor agregado de esta investigación radica en tres aspectos claves: la actualización de datos, abarcando desde 1960 hasta el 2009; la construcción de un índice de institucionalidad; y la obtención de conclusiones específicas para la región de América Latina.

El presente trabajo se divide en cuatro capítulos. En el primer capítulo se podrá encontrar una reseña de la literatura revisada acerca de las principales teorías y la evidencia empírica que existe hasta el momento sobre la colocación de ayuda externa. En el segundo capítulo se describe el marco analítico y la metodología utilizada; y en el tercer capítulo se presentan los resultados que llevarán a comprobar o desestimar las hipótesis planteadas. Finalmente, en el cuarto capítulo se presentan las conclusiones de la investigación y recomendaciones para futuras investigaciones.

1. Revisión de la Literatura

Introducción a la ayuda externa

La ayuda externa ha sido uno de los principales canales por donde los países más ricos del mundo han logrado promover el desarrollo de países menos favorecidos y mejorar en la medida de lo posible sus condiciones de vida. El alivio de la pobreza y la disminución de inequidades en el ingreso per cápita han sido los principales objetivos de los flujos de donaciones. La ayuda externa puede distinguirse en dos clases: ayuda para el desarrollo, destinada a financiar proyectos de largo plazo, y la ayuda humanitaria que se destina a aliviar shocks en el corto plazo.

Según las definiciones de los organismos multilaterales, existen 3 medidas comunes de ayuda para el desarrollo (OECD, 2010):

- Ayuda Oficial para el Desarrollo (AOD), destinada al desarrollo económico y bienestar de los países en desarrollo. Esta es canalizada a través de agencias gubernamentales (bilateral) o mediante instituciones multilaterales.

- Ayuda Oficial (AO), cumple las mismas condiciones que la ODA pero incluye países pertenecientes a la lista de la Parte II del Comité de Asistencia al Desarrollo.
- Otros Flujos Oficiales (OFO), ayuda que no entra en las anteriores categorías porque no está destinada al desarrollo, o consiste en más de 25% de condonación de deuda.

La ayuda externa puede canalizarse de manera bilateral o multilateral. La primera es directa de un país rico hacia los gobiernos de los países pobres (Easterly, 2003); mientras que en la segunda intervienen organismos intermediarios como el Banco Mundial, BID, y OECD, encargados de canalizar los ingresos hacia proyectos específicos que buscan mejorar la calidad de vida de los más pobres y la eficiencia en focos competitivos.

Teoría de la ayuda externa y el crecimiento económico

La literatura empírica sobre las conexiones entre la ayuda externa y el crecimiento económico se ve afectada por la poca variedad de modelos teóricos. Por muchos años, el modelo teórico estándar para justificar la existencia de ayuda externa ha sido el de "dos brechas" de Chenery y Strout (1966). Este modelo se construyó sobre la base de economistas especializados en desarrollo como Arthur Lewis (1954) y Walt Rostow (1960). En el modelo, la primera brecha se forma entre la cantidad de inversión necesaria para obtener un ratio de crecimiento y el ahorro doméstico disponible, lo cual es conocido como la *brecha ahorro-inversión*. En esta brecha, el crecimiento económico depende de la inversión como porcentaje del PBI, ajustado por un factor que muestra si esta inversión es de alta calidad. La cantidad de inversión sería la suma de ahorro doméstico y ayuda externa. El modelo es especificado de la siguiente manera:

Donde I es la inversión requerida, Y es el producto, Y^* es la meta del crecimiento del PBI, A es la ayuda externa y S el ahorro doméstico. El parámetro $ICOR$ es el ratio incremental capital-producto (ICOR por sus siglas en inglés), el cual usualmente varía en un rango entre 2 y 5 (Easterly, 2003). Cuando este ratio es muy alto, se toma como medida de una pobre calidad de inversión (Chenery & Strout, 1996). Este ratio ayuda a determinar el nivel de ahorro o inversión necesarios para alcanzar una determinada tasa de crecimiento, y resulta clave para determinar la colocación de ayuda de las entidades multilaterales y bilaterales.

La segunda brecha, *brecha de intercambio comercial*, se da entre el nivel de importaciones requeridas para mantener una determinada producción y entre el nivel de exportaciones. El proceso de crecimiento, con constante entrada de flujos de capital, requiere un continuo ajuste de importaciones y exportaciones para hacer que la brecha de

intercambio comercial se reduzca. Muchos países de Latinoamérica se ven incapaces de lograr este ajuste requerido dentro de su estructura productiva, siendo esta situación causada por tipos de cambio sobrevaluados o políticas ineficientes. Como resultado de esto, la brecha sólo puede ser reducida sin disminuir el crecimiento mediante la redirección de las inversiones hacia los sectores más competitivos.

El análisis plantea un nivel mínimo de importaciones requerido para sostener el nivel dado de PBI en el tiempo t . Este requerimiento de importaciones resulta de la demanda inelástica por la falta de oferta doméstica, particularmente de bienes intermedios y de capital, necesarios para la producción.

El modelo de *brecha de intercambio comercial* es especificado de la siguiente manera:

Donde M es el mínimo de importaciones requeridas, X son los nuevos productos de exportación, B es la mínima brecha entre las importaciones requeridas y ganancias por exportaciones y F es el flujo de ingreso de capitales, el cual debe ser mayor a la *brecha de intercambio comercial* para asegurar un crecimiento sostenido. Es aquí donde la ayuda externa cobra importancia, ya que es una forma de ingreso de capital que puede ayudar en gran medida a cubrir esta brecha (Chenery & Strout, 1996).

Evidencia empírica

Entre los primeros estudios sobre la relación entre la ayuda externa y el crecimiento económico se encuentra el de Boone (1996), el cual cobró importancia debido a que sus resultados mostraron que la ayuda externa financia principalmente el consumo en lugar de la inversión. Financiar el consumo de algunas personas pobres no es contraproducente; sin embargo, los objetivos de la ayuda para el desarrollo son financiar transformaciones notables en la sociedad que provengan de la inversión y el crecimiento. Además, se determinó por primera vez que la ayuda externa tiene un impacto insignificante en promover el desarrollo económico (Boone, 1995).

Los hallazgos empíricos de Burnside y Dollar (2000) profundizaron aún más el análisis de la relación entre crecimiento y ayuda externa. Los autores realizaron una serie de regresiones donde el crecimiento del PBI per cápita depende de un índice que mide la ayuda externa y las distorsiones de política económica, y luego evaluaron la interacción entre estas últimas. Para la medición de la política económica, incluyen variables como superávit fiscal, ratio de inflación y una medida de apertura comercial desarrollada por Sachs, Warner, Aslund y Fischer (1995) (Sachs, Warner, Andrer, & Fischer, 1995). Para quitar el componente cíclico de la data dividió la muestra en 6 bloques de 4 años.

Además incluyeron variables específicas como fraccionamiento étnico, grado de asesinatos, dummies por región, importación de armas, entre otras, para analizar la colocación de ayuda externa.

En muchas de sus especificaciones encontraron que la interacción entre la ayuda externa y las adecuadas políticas económicas era significativamente positiva (Burnside & Dollar, 2000).

Una segunda interrogante que ellos intentaron responder es sobre la colocación de la ayuda externa: ¿Los donantes favorecen a aquellos países con adecuadas políticas económicas? Sólo en el caso de las colocaciones manejadas por multilaterales, los resultados del estudio muestran que efectivamente favorecen a los países con un entorno de adecuadas políticas económicas (Burnside & Dollar, 2000).

Cabe resaltar que los gobiernos de países donantes cuentan en muchos casos con objetivos diferentes del desarrollo, como la formación de alianzas políticas, la promoción de exportaciones de los países donantes o la lucha contra el narcotráfico. Es por ello que las colocaciones bilaterales pueden verse distorsionadas.

William Easterly (2003) utilizó la misma especificación de Burnside y Dollar pero actualizó la data. Easterly realizó diversas variaciones del modelo para comprobar si en alguna circunstancia la conclusión de Burnside y Dollar era significativa. Lo primero que modificó fue la definición de ayuda externa; incluyendo los préstamos perdonados (menos del 25%), siendo esta medida la AOD. En segunda instancia, Easterly cambió el índice de política, variando la medición de la apertura comercial debido a que consideró que el índice de Sachs y Warner era subjetivo.

Finalmente, examinó definiciones alternativas de crecimiento económico mediante la variación de los bloques de tiempo. Easterly trabajó con bloques de 8, 12 y 24 años. El coeficiente de interacción entre la ayuda y la institucionalidad resulta significativo sólo en uno de los casos: el bloque de 8 años. Sin embargo, cuando la muestra se restringe a países de bajos ingresos el coeficiente de interacción deja de ser significativo.

2. Construcción del modelo y marco teórico

Ecuación de crecimiento

Se parte de la ecuación de crecimiento basada en la ecuación de crecimiento neoclásica planteada por Burnside y Dollar (2000) (Burnside & Dollar, 2000):

(1) Donde $\Delta \ln Y_{it}$ hace referencia a cada país, t es el año, Y_{it} es el crecimiento per cápita del PBI, $\ln Y_{it}$ es el logaritmo del PBI per cápita inicial, D_{it} es el flujo de donaciones recibidas como porcentaje del PBI, β es un vector $P \times 1$ de las políticas económicas que afectan el crecimiento, γ es un vector $K \times 1$ de las variables institucionales que afectan el crecimiento, ϵ_{it} son los términos de intercambio que capturan los shocks externos, α es el efecto fijo del tiempo que captura el efecto de los ciclos económicos mundiales y η_{it} captura los errores del modelo.

Ecuación de ayuda externa

Se utilizó la ecuación de ayuda externa basada en la especificación de Burnside y Dollar (2000) (Burnside & Dollar, 2000):

(2) Donde las variables $\ln Y_{it}$ (y $\ln P_{it}$) tienen el mismo significado que en la ecuación de crecimiento, $\ln P_{it}$ es el logaritmo de la población, W_{it} es la proporción de importaciones de armas respecto del total de importaciones rezagada un periodo a fin de capturar la estrategia del donante y α es el efecto fijo del tiempo y η_{it} captura los errores del modelo.

Las variables $\ln Y_{it}$ se incluyen para capturar factores que podrían determinar la colocación de la ayuda y la estrategia de los donantes.

Índice de Política e Institucionalidad

En esta etapa se construyeron los índices de política económica e institucionalidad basados en la instrumentalización de Burnside y Dollar (2000). Estos índices miden las políticas económicas y las variables institucionales según el impacto que tienen en el crecimiento; es decir, se pondera según su correlación con el crecimiento del PBI per cápita.

Para ser más precisos, se trabaja con una regresión MICO (Mínimos Cuadrados Ordinarios) de la ecuación del crecimiento sin los términos de ayuda, a fin de fijar los valores de los coeficientes que determinan el índice de política e institucionalidad.

(3) Como resultado es β donde es el parámetro estimado de la regresión, y γ es donde es el parámetro estimado de la regresión. Reemplazando en las ecuaciones de crecimiento se obtiene:

(4) El mismo proceso de instrumentalización es realizado para la ecuación de ayuda externa. Se construyen los índices de política económica y de institucionalidad según

el impacto que estas variables tienen en la colocación de la ayuda externa. Al reemplazar se obtiene:

(5) Donde son los nuevos parámetros a estimar.

Para evaluar el impacto de la ayuda externa en el crecimiento del PBI per cápita en los países de Latinoamérica cuando existe adecuadas políticas económicas e institucionalidad, se trabaja con un panel de datos con la ecuación (4).

Se analizan el término de interacción entre la ayuda externa y el índice de políticas θ , y el término de interacción entre la ayuda externa y el vector de variables exógenas θ que captura la institucionalidad del país. De esta forma, se determina la significancia de ambos términos y se evalúa la relación entre las variables a partir del signo de los parámetros γ y δ . Es importante mencionar que se han incluido términos de interacción con la ayuda externa cuadrática (γ y δ) a fin de capturar el efecto marginal de las interacciones en análisis.

Para responder a la siguiente hipótesis, donde se plantea que el impacto de la ayuda externa es mayor en los países con menor ingreso per cápita de América Latina, se consideran a los países cuyo PBI per cápita promedio de los últimos 50 años (medido en Paridad de Poder de Compra) se encuentra por debajo del percentil 25 de la distribución muestral.

Al igual que en el caso anterior, se analiza la significancia y los términos que acompañan tanto al término de interacción entre la ayuda externa y el índice de políticas económicas θ , como el de interacción entre la ayuda externa y el vector de institucionalidad θ .

Para analizar si la colocación de ayuda externa es mayor en países con adecuadas políticas económicas e institucionalidad, se trabaja con un panel de datos con la ecuación (5). Se analiza la significancia del término de política θ e institucionalidad θ , y el signo de los parámetros que acompañan γ y δ , para evaluar la relación entre las variables. Además se analizan los coeficientes de las demás variables exógenas incluidas en la regresión para evaluar la estrategia de los donantes.

3. Conceptualización y operacionalización

Para determinar cómo las políticas económicas afectan el crecimiento, se incluyen las siguientes variables como elementos del vector :

- Política monetaria.- Reservas internacionales netas (RIN) y la volatilidad del tipo de cambio real (TC) no se incluyó la inflación ya que la meta de inflación para implementar política monetaria se utiliza en América Latina solo desde la última década.
- Política fiscal.- Volatilidad del gasto público evaluado como una desviación de la tendencia a través del método de la *Ventana de Hanning* que permite evitar desfases que se podrían generar en la data utilizando filtros comunes.
- Apertura comercial.- Ratio de volumen de exportaciones e importaciones como porcentaje del PBI.

El vector incluye un set de variables exógenas institucionales que se asume no están afectadas por los shocks que afectan el crecimiento. Entre las variables consideradas se encuentran:

- Democracia
- Estabilidad política y ausencia de violencia
- Efectividad del gobierno
- Calidad regulatoria
- Imperio de la ley
- Control de la corrupción

Estas variables son evaluadas a través de los índices compuestos por el *International Political Risk Service*. A mayor medida de estos índices, mayor medida de estas variables.

4. Metodología

Para estimar el impacto de la ayuda externa condicionado a adecuadas políticas económicas e institucionalidad se trabajó con data de 19 países de América Latina desde 1960 hasta el 2009. Se generaron dos bloques de tiempo; el primero abarca desde el año 1960 hasta el año 1979 y el segundo abarca desde el año 1990 hasta el 2009. Esto se realizó a fin de minimizar el efecto que podría generar la década pérdida de 1980 para América Latina.

La ayuda externa que se tomó en cuenta es la Ayuda Oficial al Desarrollo y la Ayuda Oficial por ser las mejores medidas de transferencia de liquidez, al encontrarse compuestas máximo por 25% de préstamos perdonados.

Para hacer el análisis se tomó como base el modelo de crecimiento de Burnside y Dollar (2000) que incluye una medida de distorsiones de política económica. Adicionalmente, se ha agregado una medida de distorsiones en la institucionalidad de cada país. Así, se desarrolla un modelo con tres secciones fundamentales: ecuación de crecimiento, ecuación de ayuda externa, y construcción de índices de política e institucionalidad. De acuerdo a estas especificaciones se trabajó con un panel de datos controlando por efectos fijos de unidad y año.

5. Data

Los 19 países que conforman la muestra son: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

La información económica se obtuvo del portal estadístico del Banco Mundial (World Bank, 2010), del compendio estadístico de la Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL) (Comisión Económica para América Latina y El Caribe, 2008) y del *International Financial Statistics* (IFS) (Fondo Monetario Internacional, 2010) del Fondo Monetario Internacional. Para el caso de la información institucional se accedió a la base de datos privada del *Political Risk Services* del *International Country Risk Guide* (ICRG), la cual consiste en medidas de varias dimensiones de institucionalidad y entornos de negocio.

Las limitaciones que presenta la base de datos en análisis son principalmente de disponibilidad de información. Cuba fue extraída de la muestra por falta de información y por la diferente forma de llevar las cuentas públicas. Países como Argentina y Haití cuentan con información incompleta en comparación a los demás países. Asimismo, no toda la base estadística se encuentra con el mismo año base, por lo que se deflactó para que sea coherente utilizando el año 2000 como año base.

Finalmente, la información institucional del *Political Risk Service* se encuentra disponible desde 1984 hasta el 2009, por lo que para los años anteriores se ha tomado el promedio de los datos disponibles asumiendo que estas variables no variaron mucho en el tiempo.

6. Analisis y Resultados

Ayuda externa, política e institucionalidad

Para analizar el impacto de la ayuda externa en el crecimiento del PBI per cápita condicionado a las políticas económicas y la institucionalidad, se trabajó con el modelo planteado en la ecuación (4).

En primer lugar se estimó la ecuación de crecimiento (1) pero excluyendo todos los términos que incluyen a la ayuda externa () con la finalidad de construir los índices de política e institucionalidad a través de una instrumentalización.

Tabla 1: Instrumentalización del índice de política y del índice de institucionalidad

<u>Vector P</u>		<u>Vector Z</u>	
TC	-0.000*** (0.000)	VA	-1.947 (1.944)
RIN	4.929** (2.524)	PV	7.61*** (2.686)
G	-1.188 (1.051)	GE	-0.448 (1.700)
X_M	0.110 (0.110)	RQ	3.157*** (1.135)
		RL	1.976 (1.948)
		CC	-4.629** (1.898)
F(6,854)	= 3.06	F(8,922)	= 4.97
Prob > F	= 0.0057	Prob > F	= 0.0000
R-square	= 0.017	R-square	= 0.0421

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

En el análisis de políticas económicas, se observa que solo las variables volatilidad del tipo de cambio real (TC) y las reservas internacionales netas (RIN) son significativas. La volatilidad del tipo de cambio real (TC) se relaciona negativamente con el PBI, lo que puede deberse a que se trata de una desviación de la tendencia de la variable. Las reservas internacionales netas (RIN) se encuentran relacionadas de manera positiva con el crecimiento del PBI per cápita, tal como se esperaba.

En el análisis de institucionalidad, las variables estabilidad política y ausencia de violencia (PV), calidad regulatoria (RQ) e imperio de la ley (RL) tienen una relación positiva con el crecimiento; a mayor medida de estas variables, menor riesgo y mayor crecimiento económico. Contrario a lo que se espera, las variables, democracia (VA), efectividad de gobierno (GE) y control de la corrupción (CC) se encuentran relacionadas de manera negativa con el crecimiento económico. El signo de la variable control de la corrupción podría ser explicado porque en muchos países de América Latina se han experimentado periodos de crecimiento económico en un contexto de alta corrupción. Un ejemplo de ello sería el periodo presidencial de Alberto Fujimori en Perú, el cual representó una salida de la fuerte crisis económica de fines de los 80, pero a su vez uno de los episodios de corrupción más relevantes de la historia peruana. Asimismo, el signo de la variable democracia (VA) se podría explicar ya que en América Latina se han experimentado periodos de alto crecimiento durante gobiernos dictatoriales o no democráticos; un ejemplo de este sería el gobierno de Augusto Pinochet en Chile. Finalmente el signo de la variable efectividad de gobierno (GE) podría explicarse por un país que crece debido al ciclo económico y no por tener un gobierno eficaz.

Instrumentalización

Para construir los índices de política económica e institucionalidad, se procedió a instrumentalizar las variables incluidas en los mismos:

$$\text{Política} = 4.929 \cdot \text{RIN} - 0.001 \cdot \text{TC} - 1.188 \cdot \text{G} + 0.110 \cdot \text{X_M}$$

$$\text{Institucionalidad} = -1.947 \cdot \text{VA} + 7.610 \cdot \text{PV} - 0.448 \cdot \text{GE} + 3.157 \cdot \text{RQ} + 1.976 \cdot \text{RL} - 4.629 \cdot \text{CC}$$

El proceso de instrumentalización descrito anteriormente se realizó por el carácter endógeno de las variables incluidas en el vector de política y para obtener variables observables en el caso del vector de institucionalidad .

Modelo de crecimiento y ayuda externa

Luego de generar los índices de política e institucionalidad, se evaluó el impacto que tiene la ayuda externa en el crecimiento cuando está condicionada a las políticas económicas y la institucionalidad. Se trabajó con la ecuación (4) pero esta vez se incluyen los índices antes formados y su interacción con la ayuda externa.

Los resultados obtenidos se muestran en la Tabla 2. Se puede observar que ningún término de ayuda externa es significativo. Sólo los índices de políticas económicas e institucionalidad son significativos y positivos, lo que indica que adecuadas políticas económicas e institucionalidad generan un mayor crecimiento del PBI per cápita.

Tabla 2: Resultados del modelo

<u>Crecimiento PBI per capita</u>	
Yt	-0.035 (0.610)
ait	-12.601 (15.865)
ti	0.004 (0.006)
pt	0.722*** (0.219)
aid_pt	-13.156 (13.641)
aid2_pt	38.373 (78.220)
zt	0.919*** (0.225)
aid_zt	-1.605 (4.851)
aid2_zt	12.434 (15.787)
F(9,851)	= 5.31
Prob > F	= 0.0000
R-square	= 0.052

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Bloques de tiempo

Debido a que la década del 80 en América Latina fue una etapa de crisis internas e inestabilidad económica, se ha considerado importante separar el análisis del impacto de la ayuda externa en el crecimiento en dos bloques de tiempo: 1960 - 1979 y 1990-2009, con la finalidad de eliminar las distorsiones que podrían presentar las variables durante esta “década perdida” de América Latina.

Como se puede observar en la Tabla 3, entre 1960 y 1979 la ayuda externa no es significativa, mientras que 1990 y el 2009 sí es significativa y presenta un coeficiente positivo. Este mayor impacto de la ayuda externa reflejaría las mejoras alcanzadas a partir de los programas de ajuste estructural realizados a lo largo de América Latina en la década del 90.

En cuanto a los términos de interacción, en el periodo 1960-1979 son significativos y presentan una relación positiva con el crecimiento; el impacto de la ayuda externa condicionada a las adecuadas políticas económicas es creciente y el impacto condicionado a la institucionalidad es decreciente. Mientras que para el periodo 1990-2009, los términos de interacción no son significativos; el impacto ya no es condicionado. Esto podría indicar que la ayuda externa sí tuvo un impacto positivo durante el primer bloque de tiempo, pero sólo en los países que contaban con adecuadas políticas económicas e institucionalidad

Tabla 3: Resultados del modelo por bloque

	<u>Crecimiento PBI per capita</u>		
	1960-1980	1990-2009	
Yit	-0.027 (1.540)	3.654* (1.716)	
ait	-113.057 (141.871)	57.297* (22.931)	
ti	-0.008 (0.012)	0.021* (0.011)	
pit	1.273 (1.238)	0.631* (0.247)	
aid_pit	269.1564*** (92.367)	-21.635 (15.045)	
aid2_pit	-5120.245*** (1123.713)	167.000* (82.855)	
zit	(omitted)	1.131*** (0.272)	
aid_zit	67.545* (29.095)	-6.223 (5.553)	
aid2_zit	-969.755*** (216.474)	-0.195 (18.741)	
F(8,313) = 11.31		F(9,343) = 4.88	
Prob > F = 0.0000		Prob > F = 0.0000	
R-square = 0.190		R-square = 0.1030	

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Ayuda externa, política e institucionalidad: Países con menor PBI per cápita

En esta etapa se analiza la segunda hipótesis que estima y evalúa el mismo modelo de crecimiento y ayuda externa que en el punto 4.1, pero acotando la muestra a los países con menor ingreso per cápita promedio de los últimos 50 años. Se busca determinar si el impacto de la ayuda externa condicionada a las políticas económicas e institucionalidad es mayor.

Como se mencionó en el capítulo 3, los países considerados en la muestra son los que se encuentran por debajo del percentil 25 en la distribución del PBI per cápita promedio, medida en paridad de poder de compra. El percentil 25 es de 11, 282 GK\$ (dólar Geary - Khamis⁴¹); los 6 países que se encontraron por debajo de este percentil y fueron considerados como parte de la muestra son: Bolivia, El Salvador, Haití, Honduras, Nicaragua y Paraguay.

Al igual que en la sección anterior, se procedió a construir los índices de política e institucionalidad a través de una instrumentalización. Los coeficientes resultantes de la regresión se muestran en la Tabla 4. En cuanto al vector de política (γ), la volatilidad del tipo de cambio real (TC) y la volatilidad del gasto público (G) se relaciona negativamente con el PBI per cápita, mientras que la apertura comercial (X_M) y las RIN afectan de manera positiva el crecimiento del PBI per cápita. Las relaciones encontradas son semejantes a las de la base de datos de los 19 países.

Para el vector de institucionalidad β se obtuvieron las siguientes relaciones. Las variables democracia (VA), estabilidad política y ausencia de violencia (PV), imperio de la ley (RL) y la calidad regulatoria (RQ) se encuentran relacionadas de manera positiva con el crecimiento; a mayor medida de estas variables, menor riesgo y mayor crecimiento económico. Por otro lado, las variables efectividad del gobierno (GE) y control de la corrupción (CC) se encuentran relacionadas de manera negativa con el crecimiento del PBI per cápita. Como se mencionó anteriormente estos resultados podrían ser explicados porque en muchos países de América Latina se han experimentado periodos de crecimiento económico en un contexto de alta corrupción; como es el caso del gobierno de Alberto Fujimori y economías que crecen por el contexto económico mundial y el ciclo económico aunque tengan una pobre efectividad del gobierno.

⁴¹ Unidad monetaria hipotética que tiene el mismo poder adquisitivo que el dólar estadounidense tuvo en los Estados Unidos en un momento dado del tiempo. Muestra cuánto vale una unidad de una moneda local dentro del país.

Tabla 4: Instrumentalización del índice de política y del índice de institucionalidad (países con menor ingreso per cápita)

<u>Vector P</u>		<u>Vector Z</u>	
TC	-0.001 (0.000)	VA	0.979 (4.343)
RIN	0.216 (4.289)	PV	6.435* (3.896)
G	-1.306 (2.132)	GE	-2.122 (3.431)
X_M	0.314* (0.242)	RQ	2.157 (2.122)
		RL	2.695 (3.261)
		CC	-1.799 (3.469)
F(6,240)	= 1.25	F(8,922)	= 2.01
Prob > F	= 0.2821	Prob > F	= 0.0454
R-square	= 0.0307	R-square	= 0.0760

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Instrumentalización

Para construir los índices de política económica e institucionalidad, se procedió a instrumentalizar las variables incluidas en los mismos:

$$\text{Política} = -0.001*TC - 1.306*G + 0.314*(X_M) + 0.216*RIN$$

$$\text{Institucionalidad} = 0.979*VA + 6.435*PV - 2.122*GE + 2.157*RQ + 2.695*RL - 1.799*CC$$

Modelo de crecimiento y ayuda externa

Se evaluó el modelo de crecimiento y ayuda externa (ecuación 4), esta vez incluyendo la muestra de los países con menor PBI per cápita.

Los resultados obtenidos se muestran en la Tabla 5. Como se puede observar, los términos de interacción entre los índices y la ayuda externa no son significativos. No

obstante, la ayuda externa sí es significativa pero negativa. Esto mostraría lo que se llama la “maldición de la ayuda externa”, los países más pobres tienen menos incentivos a mejorar si con esto recibirán menos flujos de donaciones.

Tabla 5: Resultados del modelo para países con menor PBI per cápita

<u>Crecimiento PBI per capita</u>	
Yt	0.642 (1.511)
ait	-72.14* (39.211)
ti	-0.026 (0.012)
pt	1.128** (0.580)
aid_pt	-20.617 (19.274)
aid2_pt	-0.511 (102.153)
zt	0.279 (0.635)
aid_zt	7.889 (8.774)
aid2_zt	5.874 (19.453)
F(9,249)	= 2.57
Prob > F	= 0.0076
R-square	= 0.098

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Bloques de tiempo

Del mismo modo que en la sección anterior, se ha separado el análisis en bloques de tiempo: 1960 - 1979 y 1990-2009.

Tabla 6: Resultados del modelo países con menor PBI per cápita por bloques

	<u>Crecimiento PBI per capita</u>	
	1960-1980	1990-2009
Yit	6.741* (3.959)	7.067 (5.110)
ait	435.505 (505.965)	-12.587 (44.851)
ti	-0.005 (0.026)	0.022 (0.019)
pit	-5.260 (8.897)	0.063 (0.569)
aid_pit	238.800 (331.419)	-13.694 (17.983)
aid2_pit	-5101.072* (2342.789)	45.997 (91.291)
zit	(omitted)	-0.0181 (0.710)
aid_zit	-39.978 (99.256)	-11.059 (8.519)
aid2_zit	-859.656* (372.842)	-51.163 (37.356)
	F(8,85) = 9.67	F(9,101) = 1.28
	Prob > F = 0.0000	Prob > F = 0.2551
	R-square = 0.220	R-square = 0.1765

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Como se puede observar en la Tabla 6, la ayuda externa y los términos de interacción con los índices de política e institucionalidad no tienen un impacto significativo

en el crecimiento durante ambos bloques de tiempo. Esto podría significar que en los países más pobres de América Latina, la ayuda externa no ha generado mayor crecimiento en los bloques de tiempo considerados. A partir de estos resultados, no es posible corroborar la hipótesis 2 mencionada al inicio del documento, la cual afirma que la ayuda externa tiene un mayor impacto en los países con menor ingreso per cápita de América Latina.

Colocación de la ayuda externa

En esta etapa de la investigación se busca comprobar si los países y organizaciones donantes tienen en consideración las políticas económicas y la institucionalidad en sus decisiones de colocación, o si tienen intereses distintos al desarrollo.

Para el análisis se trabajó con la ecuación de ayuda externa (5) descrita en el capítulo 3. En primer lugar se estimó la ecuación de ayuda externa excluyendo el término de crecimiento con la finalidad de instrumentalizar.

Los resultados de las regresiones iniciales se muestran en la Tabla 7. En cuanto al vector de política (β), resultan significativas las variables volatilidad del gasto público (G), apertura comercial (X_M) y reservas internacionales netas (RIN). Mientras que la volatilidad del gasto público (G) se relaciona positivamente, la apertura comercial y las reservas internacionales netas se relacionan negativamente con la colocación de ayuda externa. Este resultado es lógico, ya que a mayor apertura comercial y reservas internacionales, y menor volatilidad del gasto público, se espera una mejor situación del país y una menor necesidad de ayuda externa.

Respecto al vector de institucionalidad (γ), se puede observar que las variables democracia (VA), calidad regulatoria (RQ) y control de la corrupción (CC) se encuentran relacionadas de manera positiva con la colocación de ayuda externa; a mayor medida de estas variables mayor será la colocación de ayuda externa. Por otro lado, la estabilidad política y ausencia de violencia (PV), la efectividad del gobierno (GE) y el imperio de la ley (RL) se encuentran relacionados de manera negativa con la colocación de ayuda externa. La relación con la variable estabilidad política y ausencia de violencia implicaría que la ayuda externa va destinada hacia países que presentan inestabilidad política y violencia. Esto podría ser lógico en el sentido de que la ayuda externa prioriza el desarrollo de los países que se encuentran en situaciones adversas. En cuanto a las variables efectividad de gobierno e imperio de la ley la relación negativa implica que a mayor efectividad del gobierno y mayor imperio de la ley habría menos colocación de ayuda externa. A primera

vista, esto podría parecer contra intuitivo ya que con mayor efectividad de gobierno e imperio de la ley la ayuda externa sería mejor canalizada; por lo tanto debería ser destinada en mayor medida a países con estas características. Sin embargo, la relación negativa se podría explicar en el sentido que la ayuda externa busca priorizar países con situaciones políticas complejas a fin de conseguir una mayor estabilidad para luego poder generar crecimiento.

Tabla 7: Instrumentalización del índice de política y del índice de institucionalidad (colocación de ayuda externa)

	<u>Vector P</u>		<u>Vector Z</u>		
TC	0.000		VA	0.003	
	(0.000)			(0.011)	
RIN	-0.024*		PV	-0.072***	
	(0.013)			(0.017)	
G	0.043***		GE	-0.017*	
	(0.008)			(0.009)	
X_M	-0.003***		RQ	0.006	
	(0.000)			(0.008)	
			RL	-0.012	
				(0.011)	
			CC	0.071***	
				(0.123)	
F(6,615)	=	12.08	F(18,659)	=	22.17
Prob > F	=	0.000	Prob > F	=	0.0000
R-square	=	0.0037	R-square	=	0.1961

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Instrumentalización

Para construir los índices de política económica e institucionalidad, se procedió a instrumentalizar las variables incluidas en los mismos:

$$\text{Política} = -1.41\text{E-}7*\text{TC} + 0.043*\text{Vol_Gasto} - 0.003*(\text{X}+\text{M}/\text{PBI}) - 0.024*\text{RIN}$$

$$\text{Institucionalidad} = 0.003*\text{VA} - 0.072*\text{PV} - 0.017*\text{GE} + 0.006*\text{RQ} - 0.012*\text{RL} + 0.071*\text{CC}$$

Modelo de crecimiento y ayuda externa

Los resultados obtenidos al realizar la regresión de la ecuación de ayuda externa se muestran en la Tabla 8. Como se observa, todas las variables son significativas. La política económica (y la institucionalidad () se relacionan de manera positiva con la colocación de ayuda externa. Una adecuada política económica e institucionalidad incentivan a una mayor colocación de ayuda externa. Los donantes buscan canalizar de manera eficaz los flujos.

Tabla 8: Resultados del modelo de ayuda externa

Flujos de Ayuda Externa	
Yit	-0.028*** (0.003)
pit	0.075** (0.021)
zit	0.833*** (0.135)
pob	0.008*** (0.001)
larmas	0.386*** (0.142)
F(5,616)	= 39.53
Prob > F	= 0.000
R-square	= 0.275

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Las variables población (pob) e importación de armas (larmas) tienen una relación positiva con la ayuda externa. Esta relación positiva podría estar indicando intereses estratégicos del donante diferentes a la búsqueda del desarrollo de los países receptores.

Finalmente, el PBI per cápita inicial también es una variable significativa y tiene una relación negativa con la ayuda externa; lo cual muestra que la colocación de ayuda es mayor en países con menor PBI per cápita.

Bloques de tiempo

Del mismo modo que en la sección anterior, se ha separado el análisis de colocación de ayuda externa en bloques de tiempo: 1960 - 1979 y 1990-2009.

Como se puede observar en la Tabla 9, entre 1960 y 1979 la política económica tenía un impacto negativo, pero no significativo en la colocación de ayuda externa. Mientras que entre 1990-2009, tanto el índice de política económica como el de institucionalidad presentan un impacto positivo y significativo en la colocación de ayuda externa. Esto nos indica que en los últimos años, los donantes buscan colocar ayuda externa a favor de la estabilidad económica y adecuada institucionalidad.

Cabe resaltar que en el caso del índice de institucionalidad, no se puede analizar el primer bloque de tiempo debido a que la data presenta multicolinealidad con las demás variables; esto se debe a que entre 1960-1983 la data es un promedio de los años 1983-2009.

Tabla 9: Resultados del modelo de ayuda externa por bloques

	<u>Flujos de Ayuda Externa</u>	
	1960-1980	1990-2009
Yit	-0.055*** (0.007)	-0.015*** (0.005)
pit	-0.011 (0.021)	0.046* (0.022)
zit	(omitted)	0.292*** (0.086)
pob	0.039*** (0.007)	0.002 (0.001)
larmas	-0.661 (0.131)	1.571*** (0.227)
	F(16,242) = 12.60	F(17,205) = 108.49
	Prob > F = 0.000	Prob > F = 0.000
	R-square = 0.0005	R-square = 0.5266

El nivel de significancia es denotado por *** al 1%, ** al 5% y * al 10%. Fuente: Autor.

Por otro lado, se puede observar que para el bloque de 1960-1979, la población es significativa para la colocación de ayuda externa, teniendo una relación positiva con esta; la ayuda externa favorece a países con mayor población. Mientras que para el bloque 1990-2009, la importación de armas es significativa y presenta también una relación positiva con la ayuda externa. Ello corrobora la hipótesis de que podrían existir intereses estratégicos del donante diferentes a la búsqueda de desarrollo de los países receptores.

7. Conclusiones y Recomendaciones

El análisis realizado ha llevado a responder las tres hipótesis planteadas inicialmente. Respecto a la primera hipótesis, se encontró que para el bloque de 1960 hasta 1979 efectivamente la ayuda externa tiene un impacto positivo condicionado a adecuadas políticas económicas e institucionalidad; mientras que entre 1999 y 2009 existe un impacto significativo de la ayuda externa pero este no es condicionado. Ello reflejaría las mejoras alcanzadas a partir de las reformas estructurales en América Latina durante la década del 90. La canalización de la ayuda externa ha mejorado en los últimos años ya que ha sido destinada a cubrir inversiones específicas, dejando de lado el financiamiento del consumo.

En cuanto al análisis de los países con menor ingreso per cápita, la ayuda externa tiene un efecto negativo significativo en el crecimiento, lo que podría reforzar la afirmación acerca de la "maldición de la ayuda externa" explicada anteriormente en los países más pobres de América Latina. No obstante, no se puede afirmar que existe un impacto mayor de la ayuda externa condicionada a adecuadas políticas e institucionalidad ya que no existe significancia en estas variables.

Por otro lado, se ha encontrado que las políticas económicas e institucionalidad son tomadas en cuenta por los donantes en su estrategia de colocación. Además, se encontró que estos favorecen a los países con menor PBI per cápita. Sin embargo, otras variables como población e importación de armas también son determinantes, lo cual podría estar indicando una estrategia de colocación distinta al desarrollo.

A partir de los resultados encontrados, se considera que la ayuda para el desarrollo debería asignarse teniendo en principal consideración las necesidades específicas de cada país. Los países donantes deberían contar con información relevante para determinar cuáles son los sectores competitivos con mayores necesidades de financiamiento. Se debe tener en

cuenta un conjunto más amplio de indicadores que reflejen las particularidades concretas de los países y permita detectar las principales necesidades.

8. Investigación futura

Sería recomendable para próximos estudios analizar como varían estos resultados tomando en cuenta los Otros Flujos Oficiales (OFF), los cuales tienen un componente mayor al 25% de condonación de deuda. Se esperaría que el impacto de la ayuda externa tenga un menor peso en forma de servicios sociales e infraestructura. Las deudas son dinero que no asegura haber sido adecuadamente gastado ni en búsqueda del desarrollo.

Finalmente, resultaría interesante agregar al análisis la relación entre la inversión directa extranjera y la ayuda externa. Se esperaría que la IDE desplace el rol de la ayuda externa como la entrada de flujos de capital que acortan las brechas que distancian a los países de América Latina del desarrollo.

Referencias

- Aid, Policies and Growth. (2000). *The American Economic Association* , 849-850.
- Boone, P. (1995). Politics and the effectiveness of foreign aid. *National Bureau of Economic Research* , 4.
- Burnside, C., & Dollar, D. (2000). Aid, Policies and Growth. *The American Economic Association. Vol. 90, No. 4* , pp. 847-868.
- Calderon, M., Chong, A., & Gradstein, M. (2006). *Foreign aid, income inequality and poverty*. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo .
- Chenery, H. B., & Strout, A. M. (1996). Foreign Assistance and Economic Development. *The American Economic Review* .
- Comision Economica para America Latina y el Caribe. (2010). *La cooperacion internacional en el nuevo contexto mundial: Reflexiones desde America Latina y el Caribe*. Brasilia: CEPAL - Naciones Unidas.
- Comisión Económica para América Latina y El Caribe. (2008). *Comisión Económica para América Latina y El Caribe*. From Series Históricas de Estadísticas Económicas 1950-2008: <http://www.eclac.cl/deype/cuaderno37/esp/index.htm>
- Easterly, W. (2003). Can foreign aid buy growth? *Journal of Economic Perspectives* , 17 (3), 23-48.
- Fondo Monetario Internacional. (2010). *International Monetary Fund*. From eLibrary-Data: <http://elibrary-data.imf.org/DataExplorer.aspx>
- OECD. (2010). *Glosario de Términos*. Retrieved 2010 from OECD. StatExtracts: <http://stats.oecd.org/index.aspx?>
- Sachs, J. D., Warner, A., Andrrers, A., & Fischer, S. (1995). Economic Reform and the Process of Global Integration. *The Brookings Intitution, Brooking Papers on Economic Activity. Vol. 1995, No. 1* , 65.
- World Bank. (2010). *World Databank: World Development Indicators (WDI) & Global Development finance (GDF)*. From World Bank Web site: <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>

Reflexiones sobre la Guerra

Michael Walzer, 2004

ISBN 84-493-1590-5

Viviana Paola López Páez

Viviana Paola López Páez 26 recibió su licenciatura de la Universidad del Tolima como “profesional en ciencias sociales” 2010 en Colombia. Obtuvo una “*posgraduação em Relações Internacionais*” en el 2014 en la Faculdade de ciencias sociais e Humanas de la Universidad Nova de Lisboa, actualmente se encuentra terminando sus estudios de maestría en *Ciência Política e Relações Internacionais* de la misma universidad en Portugal, trabaja como profesora en la Universidad del Tolima. Su área de trabajo incluye la resolución de conflictos, seguridad internacional, regionalización, globalización, teorías e historia de las relaciones internacionales. Email: vivlopez@ucm.es.

“En una guerra por corazones y mentes más que por tierra y recursos, la justicia se convierte en la clave de la victoria” – Walzer

El trabajo de Michael Walzer en su libro reflexiones sobre la guerra es una recopilación de doce artículos, ensayos y conferencias realizadas entre los años 1980 y 2003 publicados en el 2004 bajo el nombre *Arguing about war*,⁴² recordando su obra prima *Just and unjust wars*,⁴³ el filósofo continua la escritura crítica de carácter ético y moral en las decisiones político-militares sobre campañas de guerra y su desarrollo en proporción a la violencia, estrategia, tácticas, seguridad, defensa, combates, terrorismo e intervención.

Reflexiones sobre la guerra es un libro sencillo e interesante, es una obra de opinión sumamente subjetiva que refleja la fuerte posición crítica de Walzer frente a hechos contemporáneos que utilizaron la guerra como último recurso. El libro se divide en tres partes:

⁴² Walzer, M. (2004). *Arguing about war*. New Haven Ct.: Yale University Press.

⁴³ Walzer, M. (1977). *Just and unjust wars: A moral argument with historical illustrations*. New York: Basic Books.

La primera parte del libro netamente teórica, comprende cinco artículos exclusivos de la teoría de la Guerra Justa,⁴⁴ sus inicios históricos desde las cruzadas, la conquista de América, hasta las luchas contemporáneas como los conflictos étnicos, luchas de liberación armada y terrorismo. El capítulo: “una crítica a las excusas del terrorismo” es fundamental para entender como el terror puede ser una herramienta y excusa política.

El segundo aparte del libro contiene seis artículos referentes a estudios de caso en los que se aplica la teoría de la Guerra Justa, sustrayendo el valor moral de la justicia en la guerra del Golfo Pérsico, Kosovo, el conflicto Palestino-israelí, la incursión sobre Irak, el 9-11 y las repercusiones de este en cuestión del terrorismo⁴⁵ como amenaza. Walzer aborda estos fenómenos examinando las causas de la hostilidad que oscilan desde el reconocimiento moral, las intervenciones de carácter militar, humanitario y/o económico así como la existencia o no de una reconstrucción postconflicto para encontrar el carácter injusto de estos conflictos.

La tercera y última parte del libro es totalmente diferente a la dinámica inicial por lo cual puede parecer menos llamativo; es una propuesta del autor para abordar las hostilidades, Walzer apuesta al fortalecimiento y transformación de las instituciones internacionales en el mundo globalizado a través de políticas globalistas y pluralistas (2004, págs. 183, 194) para alcanzar la paz; aunque sus valores políticos son incompatibles: la diversidad del pluralismo versus la constitución de un estado global; el autor no ofrece una

⁴⁴ La guerra justa según Walzer es una herramienta política de carácter estratégico que nace en el seno del poder como una reafirmación de su soberanía, es la forma de hacer la guerra moralmente legítima y justificable, es una teoría pensada para ser crítica debido a que los instrumentos en el juego son vidas humanas ya sean objetivos militares o civiles.

⁴⁵ En el libro Walzer muestra especial interés por el terrorismo. El terrorismo es el uso del terror como estrategia política, en el cual las víctimas suelen ser civiles elegidos con el propósito de obtener favores específicos. Las prácticas del terrorismo suelen desarrollarse en la vida cotidiana reduciendo la seguridad en los espacios públicos (bombas o explosiones provocadas), la violación de la libertad (captura de rehenes o secuestrados), los asesinatos, en fin estas prácticas son efectuadas para atemorizar a la población en general. Walzer clasifica las excusas del terrorismo en: I) Oposición como causa del terrorismo, II) debilidad política ante el estado y ante la población, III) representación de los oprimidos sin la participación de los mismos, IV. Terrorismo como recurso universal. (2004, págs. 71-84). El terrorismo también es una estrategia usada por aquellos que carecen de legitimidad, es un acto indefendible e injusto, debido a que la mayoría de estos sucesos son perpetrados y dirigidos hacia blancos no militares o políticos, es decir, civiles esperando a cambio objetivos específicos en la búsqueda del éxito político, el terrorismo sería el último recurso una vez utilizado cualquier intento y posterior fracaso de intermediación política. Walzer reconoce que el uso del terror puede ser utilizado también por el estado tanto como por grupos de liberación nacional, la actividad terrorista según el autor está condenada al fracaso debido a la ausencia y debilidad de un proyecto político claro.

estrategia operativa efectiva para reducir la guerra y los actos violentos entre los estados y las comunidades.

Reflexiones sobre la guerra es un libro crítico recomendado que permite una aproximación a la perspectiva general de la justicia en momentos de guerra y las diferentes excusas para validarla abordando diferentes estudios de caso como el conflicto palestino-israelí en los capítulos: “*La intifada y la línea verde*” y “*Las cuatro guerras de Israel y palestina*”, exponiendo los daños colaterales y sus consideraciones de justicia en cada caso. Finalmente, Walzer reconoce la guerra como una actividad necesaria (2004, pág. 19), que pasaría a un segundo plano con el fortalecimiento institucional y normativo como garantes de justicia; por lo tanto, la guerra sería exclusiva de situaciones de emergencia suprema,⁴⁶ además de someterse al análisis ético-normativo⁴⁷ por parte de los actores internacionales, la opinión pública⁴⁸ y la población civil, la perspectiva de Walzer es interesante pero peligrosa, debido a que la guerra es de naturaleza violenta, lo único que puede variar en ella son los niveles de violencia al igual que de justicia.

⁴⁶ Para Walzer la emergencia suprema es una herramienta política perteneciente a situaciones donde predomina el sentimiento de supervivencia colectiva frente a una amenaza inminente; las decisiones hacen parte de la táctica o estrategia que adoptan las naciones en cabeza de sus dirigentes, estas suelen ser consideradas heroicas, aunque posteriormente pueden sucumbir ante el análisis moral de la justicia aplicado a determinados casos, en otras palabras puede considerarse como el trabajo sucio que alguien tiene que hacer, pero que es necesario para la protección de su comunidad. Walzer, M. (2004). *Reflexiones sobre la guerra*. Barcelona: Paidós. Pág.: 53

⁴⁷ Walzer resalta la importancia de la construcción normativa a partir de los argumentos morales vistos desde las perspectivas Utilitarista y Comunitaristas

⁴⁸ Walzer, M. (2004). Pág.: 30

Las cacerías del hombre: Historia y filosofía del poder cinegético

Grégoire Chamayou, (2014)

ISBN: 978-956-00-0494-9

Melany Cruz

Socióloga de profesión de la Universidad de Valparaíso en Chile con una maestría en Ciencias Políticas en la Universidad de Birmingham, Inglaterra. Con más de tres años de experiencia como asistente de investigación y ayudante de cátedra sobre América Latina y teoría política, sus intereses se vinculan al estudio de la teoría de la violencia política, la construcción del conocimiento y las relaciones de poder, particularmente como éstas se han desenvuelto en la historia latinoamericana. Email: melanycl@hotmail.com.

“La caza se define como la acción de perseguir, lo que se dice particularmente de la persecución de animales” (p.9). El libro de Grégoire Chamayou nos da cuenta en una serie de doce capítulos sobre la historia y la filosofía del poder de la caza del hombre a través de la historia. Chamayou es uno de los filósofos franceses contemporáneos más relevantes por sus estudios sobre filosofía política, particularmente por su actual análisis sobre la violencia en el libro *Théorie du drone* (2013). En ‘Las cacerías del hombre’, el autor precede su análisis sobre la violencia como tecnología del poder, constituyendo un análisis genealógico de la historia de la caza.

Así, la cacería de indígenas, negros, pobres, mujeres, judíos, ilegales, extranjeros son el recorrido que el autor hace sobre la caza como instrumento de dominación. La cacería no es simplemente perseguir y ejecutar la muerte de un ‘otro’, es la estrategia política - en términos de Foucault, la caza constituiría una tecnología del poder. Desde la antigua Grecia y la época medieval, la caza del hombre constituyó la manera de localizar, rastrear sujetos para su dominación. Así como para los griegos, ‘conseguir esclavos’ fue un arte de la guerra. Durante la Inquisición, la tarea de identificar sujetos como ‘herejes’ fue la manera de establecer vigilancia y control sobre la población.

Para esto, la caza de hombres ha requerido históricamente establecer la diferencia entre el cazador y la presa. En este proceso, la presa se deshumaniza y pasa a clasificarse como menos que un hombre. En términos de Judith Butler, existe una despersonalización

del otro, en donde se le niega su reconocimiento, reduciendo su condición de humanidad. Así, esta diferenciación entre especies de humanos y subhumanos siempre ha respondido a una decisión política. Es así como Chamayou postula que la caza no se demuestra en una única forma: la persecución, la expulsión, la captura y el exterminio son partes de una misma tecnología de dominación.

En todas estas tecnologías, la caza supone mantener el orden establecido, pero también manifiesta el poder de que existen algunos que pueden ser cazados y otros tener el derecho a cazar. Esta función ha permitido el establecimiento de aparatos de dominación, como la policía, que “ha monopolizado el poder de la persecución legítima” (p. 89).

Particular es el caso de los ilegales. Chamayou finaliza el libro caracterizando este tipo de caza en donde “la exclusión legal de los apátridas no se presenta ya como el castigo de un crimen, sino como un estado ligado directamente al estatuto político de los individuos – por sólo el hecho de existir” (p. 128). El autor denomina esto como la técnica de la inquietud, donde se impone el acecho y la amenaza a una existencia acorralada (p. 134).

Finalmente Chamayou entrega una reflexión indicando la paradoja que se esconde en estas relaciones de cacería. Es posible que exista una reversión no dialéctica de la depredación, es decir que se inviertan los papeles del cazador y su presa: “es la ironía trágica de la presa que no se escapa a menos que se convierta en aquello de lo que pretendía escapar” (p.143). En esta paradoja se esconde el problema fundamental sobre la violencia política para el autor, la problemática de construir y asegurar una protección colectiva a esta depredación entre hombres.

En síntesis, este libro – a modo de ensayo – nos entrega una visión general pero compleja sobre las relaciones de dominación a través de la violencia. Un paraje interesante, con una perspectiva original de las formas de relaciones de poder que han existido, pero se han invisibilizado, a través de la historia.

Call for Papers - Encuentro Latinoamericano

Encuentro Latinoamericano: Revista de Ciencia Política (ELA) is a new IAPSS publication focussing on Latin American politics. The languages of publication are English, Spanish and Portuguese, with all articles accompanied by English abstracts. Aiming at students of all degrees and young researchers in the field of political science and related studies with a strong Latin American focus, ELA enables young academic talents to publish at the beginning of their careers.

Deadline for Submissions (October 2015 issue): August 31st

Paper Requirements & Deadlines

- Full academic papers with original research based on new primary data or review of existing literature with strong personal input (see “Paper Submission Guidelines”) and the length of up to 6,000 words,
- Research notes based on field work notes, raw data and observations with first level of analysis and the length of up to 2,000 words,
- Book reviews of the length of up to 600 words.

Papers for publication are accepted on a continual basis, with deadlines for individual issues set at February 28th, 2015 (for April issue) and August 31st, 2015 (for October issue), respectively. All articles should respect the formal structure and all requirements stated in the “Paper Submission Guidelines” for IAPSS Journals and Publications. The Editorial Board will contact the authors in order to communicate results of each evaluation (1st: Editorial Board evaluation, 2nd: double-blind peer-review), proposed changes and the planned date of publication.

Please note that the Editorial Board will not evaluate articles by authors who already (co-)authored other articles currently under evaluation.

High Quality Review Process

The Editorial Board of ELA is committed to publishing high quality research articles and uses a double blind peer-review process for each submission, similar to the review process of POLITIKON – IAPSS’ oldest journal. The reviewers of the journal are young researchers (PhD candidates, post-doctoral students, teaching assistants and assistant professors) with a strong expertise in Latin American issues and the prospective articles in question.

Questions and Inquiries

Don’t hesitate to get in touch with us in case of any further questions or inquiries at elajournal@iapss.org.

Paper Submission Guidelines

Recommended Academic Paper Structure

Cover Page: Title and sub-title(s) of your paper. Your Personal data incl. your full name, your institutional affiliation (university) and study degree, your e-mail address and postal address.

Abstract: No more than 150 words. Research question, original parts of research, overview on used methodology, conclusion(s).

Keywords: 5 to 10 keywords, general and specific, in alphabetical order.

Introduction: What is the research question and why should academics research it, scientific and societal relevance.

Literature review: What has been written on the topic previously, what conclusions did others reach.

(Model construction) and theoretical framework: What theoretical framework and approach is used and why. If applicable, causal model may be shown at this point, or later, after data investigation.

Conceptualization and operationalization: Definition of basic terms and their indicators, choice of variables and their validity testing. Formulation of hypotheses (explicit or implicit) based on the theory/theories. Elaboration of specific claim(s) in the investigated theory/theories. If applicable, description of the causal mechanism, i.e. the chain of events purported to link your explanatory variables to the specific outcome.

Methodology: Description of the specific research method used (i.e., process-tracing, discursive analysis, MLA, etc.), its advantages and weaknesses and why it is chosen.

Data: Description of the data used, number of cases, method of case-selection, source of data, method of data collection, sampling method.

Analysis and findings: What the data show in detail, general tendencies and interesting particularities.

(Model construction) and Conclusions: Causal models may be formulated and general conclusions reached. Conclusions may or may not specifically challenge or support findings in existing literature.

Future research: Possibilities of future research for the researcher or other scholars, promising directions, requirements for future research.

List of References (Bibliography): In text : (Author YEAR: page ; Co-author and Co-author YEAR: page ; Co-author et al. YEAR: page)

Bibliography Examples

- Surname, First Name (YEAR): Title of the Book. City: Publisher.
- Surname, First Name and First Name Surname (eds.) (YEAR): Title of the Book. City: Publisher.
- Surname, First Name (YEAR): ‘Title of the Journal Article’, Journal Name Nr. (Issue Nr.): pp. XX
- Surname, First Name (YEAR): ‘Title of the Chapter’, in First Name Surname and First Name Surname (eds.) Title of the Book. City: Publisher. pp. XX
- Surname, First Name (YEAR): ‘Title of the Thesis or the Conference Paper’, XX thesis, University of XX, City / XX conference paper, City, Date. Website Owner / News site / Project Leader (YEAR): Name of the Database / Title of the News Reports. Accessible at WWW : http XXXXXX (date when last accessed).

Appendices: Every piece of data used shown so as to facilitate potential replications. If possible, data shared publicly and/or presented together with the manuscript.

Paper Format

Contents: Cover page, abstract, keywords, main body of the paper, references, appendices, name and short presentation of the author.

Font: Garamond 12, spacing 1.5;

Abstract: Garamond 12, spacing 1.15, italic;

Main Title (Heading): Garamond 16, bold;

Subtitles (Section Headings): Garamond 14, bold;

Sub-Subtitles (Sub-section Headings): Garamond 12, bold, italic;

Footnotes: Garamond 10, spacing 1.15;

Presentation: Garamond 12, spacing 1.15, italic.

Paragraphs: first line indentation 1.25 cm, no spaces between paragraphs

Borders: top and bottom 2,5 cm, left and right 3,00cm (default)

Quotes: sectioned off in more than two sentences; Garamond 11, indented 1.25 cm

References and Appendices: on separate pages

Tables and Charts: continuously numbered, each fits on one page at maximum, and all are sourced (if original, use ”Source: Author.”)

Title of the submission file: LASTNAME_Initial_Title_mm_yyyy_ELA.doc(x)

A good academic paper features:

- Academic style of writing and structure (see section “Recommended Academic Paper Structure”);
- Grammatically correct language;
- Between 4,000 and 6,000 words, without bibliography and appendices.

Presentation of the author:

Please, include a short presentation of yourself (approx. 100 – 150 words) in the following style (3rd person singular): Name, age, hometown (country), university, degree(s), focus of your studies/specialization(s), Master or Bachelor Thesis, current employment or study interests, e.g.:

“Françoise Deutsch, 27, from Hammerfest (Norway), is a graduate who received her Bachelor’s degree in “European Studies” at the University of Shire in 2008. In 2009, she obtained an LL.M/M.Sc./MA in International Relations at the University of Stadt. She wrote her Master’s Thesis on xxx, and currently interns/works/studies at the yyy. Her interests include security studies, human rights, democratic transition, development studies, political philosophy, conflict resolution, etc.”

Should you have any questions, please, do not hesitate to contact us at elajournal@iapss.org.

